81

Uma publicação da Associação Palas Athena
ISSN 1413-893X

Thot

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A BUSCA DA IDENTIDADE NUM MUNDO DE INCERTEZAS
HENRIQUE RATTNER

DANÇA, ARTE E ESPIRITUALIDADE
MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

É POSSÍVEL LEVAR O DESENVOLVIMENTO A COMUNIDADES POBRES?
PAUL SINGER

Índice

1 Editorial

Seção Temática

3 Redes de Economia Solidária: A expansão de uma alternativa global
Euclides André Mance

12 A busca da identidade num mundo de incertezas
Henrique Rattner

22 Economia Solidária: A cooperação nas relações de trabalho, na geração de renda e na construção da cidadania
Eduardo Coutinho de Paula

30 É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? – As comunidades pobres e o capitalismo do século 21
Paul Singer

37 Economia Solidária e o renascimento de uma sociedade humana matrística
Marcos Arruda

45 A solidariedade em ação
Reportagem de *Antonio Carlos Olivieri*

52 Saiba mais sobre Economia Solidária

Seção Livre

54 Teoria e prática em holomovimento
Maria Cândida Moraes

60 Dança, arte e espiritualidade
Maria da Conceição de Almeida

69 Vidas semi-áridas: O resgate da vida no semi-árido brasileiro
Joedla Rodrigues de Lima

73 O novo caminho para a paz e o futuro sustentável
Mikail Gorbachev

Livros

77 O Desafio da comunicação humana segundo Mauro Maldonato

79 *Amar e brincar – fundamentos esquecidos do humano*

As fotos publicadas nesta edição foram gentilmente cedidas por *Atilio Avancini*, fotógrafo, pesquisador e professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Não publicamos matérias redacionais pagas. Os textos apresentados por colaboradores estão sujeitos a edição realizada pela equipe Thot. Os números atrasados serão vendidos conforme a última tabela de preços publicada pela Editora Palas Athena. Assinatura por quatro números deve ser pedida à Editora Palas Athena, no endereço abaixo. A responsabilidade pelos artigos assinados cabe aos autores.

Editora Palas Athena
Rua Serra de Paracaina, 240 - Cambuci - 01522-020 - São Paulo - SP
fone: (11) 3209 6288 fax: (11) 3277 8137
editora @palasathena.org www.palasathena.org

THOT é uma publicação da Associação Palas Athena do Brasil.

THOT nº 81
novembro/2004
tiragem: 3.000 exemplares
ISSN 1413-893x

Idealização: Basilio Pawlowicz, Lia Diskin, Primo Augusto Gerbelli.
Colaboradores desta edição: Antonio Carlos Olivieri, Neusa Serra, Lia Diskin.
Equipe THOT: Ademar Assaoka, Adir de Lima, Cristina Zauhy, Emilio Moutarrige, Humberto Marotti, Lucia Brandão S. Moutarrige, Maria do Carmo de Oliveira, Mauricio Zabotto, Sergio Marques, Suzete Carvalho, Thereninha Siqueira Campos.
Impressão e distribuição: Gráfica e Editora Palas Athena Rua Serra de Paracaina, 240, Cambuci - 01522-020 São Paulo - SP tel. (11) 3209 6288 fax: (11) 3277 8137
Comercialização, divulgação e assinatura: Katia Regina Martinez, Valdemir Gomes. editora@palasathena.org
Jornalista responsável: José Caruso Filho

Áreas de interesse da revista: Artes e Literatura, Comunicação e Diálogo, Direitos Humanos e Cidadania, Ecologia e Meio-Ambiente, Educação e Conhecimento, Ética e Responsabilidade Social, Filosofia e Psicologia, Inter-religiosidade, Mitologia e História, Questões contemporâneas e Política.

Editorial

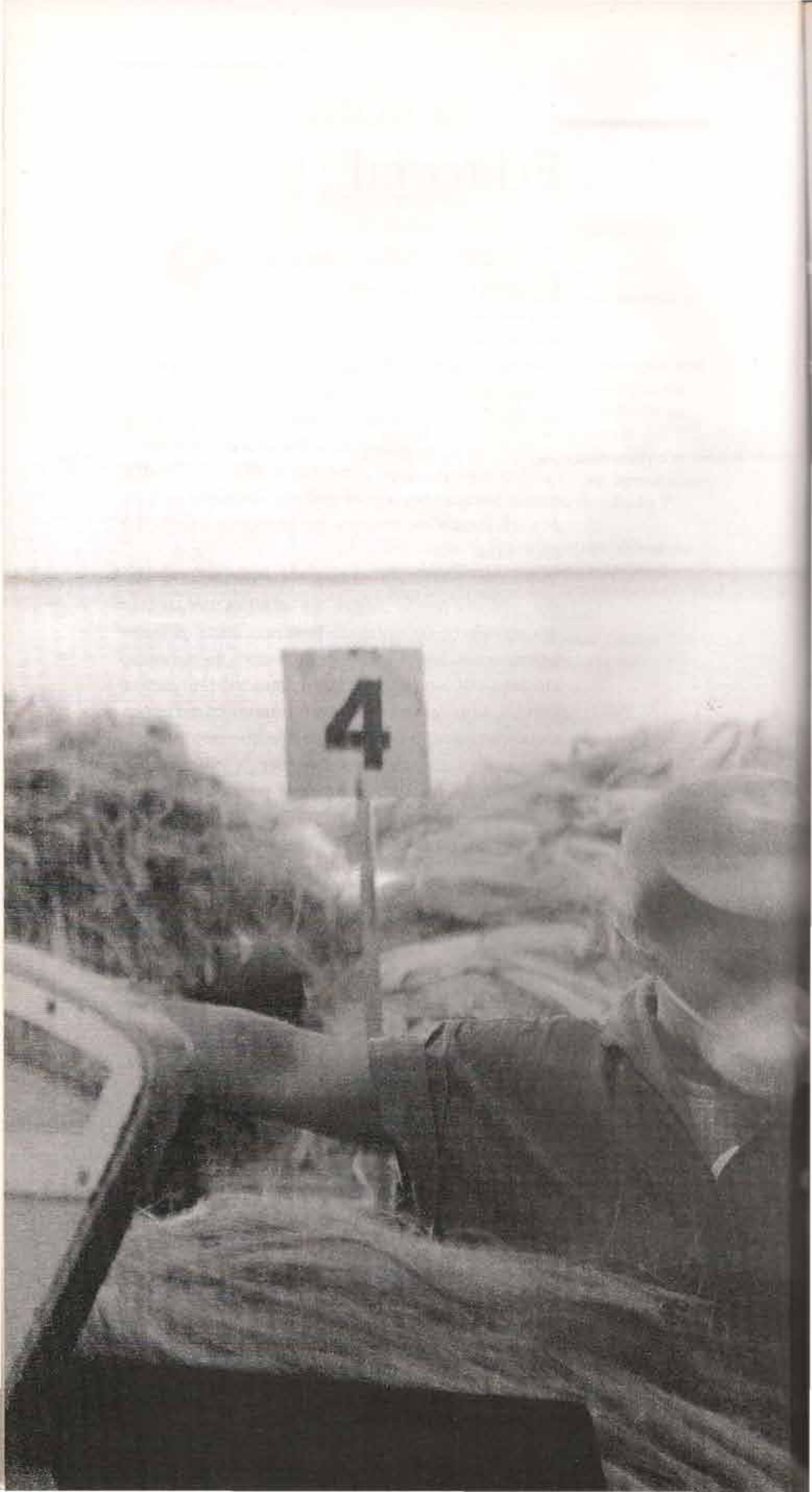
Em 1992, o cientista político americano Francis Fukuyama publicou um livro que logo se tornou amplamente conhecido e festejado: *O fim da história e o último homem*. Nesse texto, ele afirma que a história chegou ao fim porque a sociedade atingiu o auge de seu desenvolvimento. A partir daí, nada de significativo poderia acontecer. Esse estágio seria o capitalismo ocidental, cuja filosofia inspiradora é o liberalismo, hoje também conhecido como neoliberalismo, cuja principal manifestação prática é a chamada economia de mercado ou nova economia.

Porém, pouco ou nada foi – e continua a não ser – comentado sobre os efeitos colaterais desastrosos desse momento histórico, entre os quais figuram a exclusão social e o aumento da pobreza, em especial no dito Terceiro Mundo. Em outros termos, a história não só não terminou como agora exibe de modo crescente aspectos que não podem ser ignorados, por maior que seja a euforia dos beneficiários da concentração de renda e da injustiça social.

A economia solidária – tema desta edição – é um conjunto de iniciativas que se contrapõem a esse estado de coisas. Não é, como muitos imaginam, uma "alternativa" no sentido festivo da expressão. Ao contrário, é uma abordagem pragmática e realista à questão, que de maneira nenhuma se limita ao protesto simbólico nem à lamentação retórica.

É o que os leitores descobrirão, talvez não sem uma certa surpresa, ao ler os textos temáticos deste nosso número 81. São matérias escritas por pessoas de destaque no cenário nacional e internacional, e dão conta de experiências e propostas da maior importância para a conjuntura que vivemos neste começo de milênio.

Os Editores


4

TEMÁTICA

EUCLIDES ANDRÉ MANCE
Graduado em Filosofia e mestre em Educação. Colaborador da Rede Brasileira de Economia Solidária.
E-mail: mance@milenio.com.br

REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A EXPANSÃO DE UMA ALTERNATIVA GLOBAL

A exclusão capitalista e a economia solidária – A recente multiplicação e expansão de organizações e redes atuando internacionalmente nos campos da economia, política e cultura, visando assegurar as liberdades públicas e pessoais, deve-se, entre outras razões, ao fato de que o modelo capitalista neoliberal vem globalitariamente suprimindo e fragilizando as mediações garantidoras dessas liberdades.

Com efeito, os segmentos populares da sociedade civil planetária, compostos de contingentes oprimidos, explorados, expropriados, dominados e excluídos, bem como de todos(as) aqueles(as) que lhes são solidários, passaram a se organizar internacionalmente tanto na resistência a essa situação quanto na proposição e efetivação de alternativas.

A partir delas, pode-se vislumbrar os primeiros sinais do nascimento de uma nova formação social que tende a superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos, afirmando a construção de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que, organizando-se em colaboração solidária, têm o potencial de dar origem a uma nova civilização multicultural que deseja a liberdade de cada pessoa em sua valiosa diferença.

Desdobram-se atualmente, com uma velocidade cada vez maior, múltiplos processos no campo da economia solidária que, sob a dinâmica de redes, tocam-se, realimentam-se, confluem em certas realizações e organizações, mas que também se diferenciam em múltiplos caminhos e resultados, engendrando diversidades que entretanto mantêm características similares e singularidades distintivas.

Não há um ponto de partida, um comando centralizado, do qual tenham-se desencadeado todas as diversas práticas de comércio justo, sistemas de intercâmbio local, autogestão, finança ética, consumo solidário, etc. Igualmente não há um centro gerador que tenha feito emergir as diversas redes nos campos econômico, político e cultural que vêm colaborando entre si desde os enfrentamentos de Seattle e recentemente nos Fóruns Sociais Mundiais (FSM).

Economia solidária: diversidade de práticas e seu alcance global – Por isso mesmo, o termo *economia solidária* abarca muitas práticas econômicas e não há um consenso sobre o seu significado. Em geral ele está associado a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento) em que se defendem, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

O grande avanço das práticas de *economia solidária* nos anos 90 é fruto, entre outras razões, da progressiva conscientização da importância da organização de redes para o sucesso dos empreendimentos. A noção de *rede* coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam por toda a rede. Assim, a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais.

De fato, nas últimas décadas tivemos o surgimento e a propagação de inúmeras práticas de colaboração solidária no campo da economia, entre as quais se incluem: renovação da Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, *Fair Trade* ou Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca e Credenciamento, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, Cooperativismo e Associativismo Popular, difusão de Softwares Livres, entre muitas outras práticas de economia solidária.

Significativas parcelas de organizações que se inscrevem nessas práticas e que, em seu conjunto, cobrem os diversos segmentos das cadeias produtivas (consumo, comércio, serviço, produção e crédito) começaram a despertar recentemente para ações conjuntas em rede, ao passo que outras já atuam dessa forma há mais de três décadas. O crescimento mundial dessas redes indica a ampliação de novos campos de possibilidades para ações solidárias estrategicamente articuladas com o objetivo de promover as liberdades públicas e privadas.

Em razão disso, no FSM de Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Global de Socioeconomia Solidária, afirmando: "a) que nas iniciativas que formem parte da rede, não exista nenhum tipo de exploração; b) que se busque preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas... c) que estejam dispostas a compartilhar significativas parcelas de seus excedentes para a expansão da Rede, favorecendo a viabilidade de iniciativas econômicas, reconstruindo de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, gerando postos de trabalho e distribuindo a renda, com o objetivo de garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e individuais com base em uma ética solidária".

Redes de colaboração solidária: integrando as alternativas – As inúmeras redes que surgiram em todo o mundo nas últimas décadas, nos campos da economia, política e cultura, lutando pela promoção das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, constituem-se embrionariamente em um *setor público não-estatal*, fazendo surgir uma nova esfera de contrato social. A integração progressiva e complexa dessas diversas redes, colaborando solidariamente entre si, colocou no horizonte de nossas possibilidades concretas a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas e de exclusão social, e diversas formas de dominação nos campos da política, da economia e da cultura.

Essas redes: a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores pelo emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, pela afirmação de sua singularidade étnica, feminina, etc; c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Subvertendo os fluxos de valor do Capitalismo: distribuição de riqueza e bem viver – Nesta estratégia de colaboração, a difusão do consumo e labor solidários possibilita subverter os fluxos de valor do capitalismo e promover a distribuição de riquezas e o bem viver do conjunto das sociedades. O *consumo solidário* significa selecionar os bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos visando tanto realizar o nosso livre bem viver pessoal, quanto promover o bem viver de trabalhadores e trabalhadoras que elaboram aquele produto ou serviço, como também visando manter o equilíbrio dos ecossistemas. De fato, quando consumimos um produto em cuja elaboração seres humanos foram explorados e o ecossistema prejudicado, nós próprios somos co-responsáveis pela exploração daquelas pessoas e pelo dano provocado ao equilíbrio ecológico, pois com nosso ato de compra contribuímos para que os responsáveis por essa opressão possam converter as mercadorias em capital a ser reinvestido do mesmo modo, reproduzindo as mesmas práticas injustas socialmente e danosas ecologicamente.

O ato de consumo, portanto, não é apenas econômico, mas é também ético e político. Trata-se de um exercício de poder pelo qual efetivamente podemos apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social, ou contrapor-nos a esse modo lesivo de produção promovendo, pela prática do *consumo solidário*, a ampliação das liberdades públicas e privadas, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável.

Ao selecionar e consumir produtos das redes solidárias contribuímos para que o processo produtivo solidário complete o seu ciclo, e que o valor por nós despendido em tal consumo possa realimentar a produção solidária em função do bem viver de todos que integram as redes de produtores e consumidores.

Por sua vez, o *labor solidário* significa, além dos aspectos referentes à autogestão e co-responsabilidade social dos trabalhadores, que o excedente do processo produtivo – o qual sob a lógica capitalista é acumulado por grupos cada vez menores – seja reinvestido solidariamente no financiamento de outros empreendimentos produtivos, permitindo integrar às atividades de trabalho e consumo aqueles que estão sendo excluídos pelo capital, ampliar a oferta de bens e serviços solidários e expandir as redes de produtores e consumidores, melhorando as condições de vida de todos que aderem à produção e ao consumo solidários.

Assim, com os excedentes gerados nos empreendimentos solidários organizam-se novos empreendimentos produtivos, criando-se

oportunidade de trabalho para desempregados, propiciando-lhes um rendimento estável que se converte, graças ao consumo solidário praticado por esses mesmos trabalhadores, em aumento de consumo final de produtos da própria rede, gerando-se assim mais excedentes a serem investidos.

Os novos empreendimentos visam estrategicamente passar a produzir aquilo que ainda é adquirido no mercado capitalista, sejam bens e serviços para consumo final ou insumos, bens de produção, materiais de manutenção e outros itens demandados no processo produtivo.

Esse expediente – acompanhado de uma crítica dos padrões capitalistas de produção e consumo ecologicamente insustentáveis – visa corrigir os fluxos de valor, a fim de que o consumo final e o consumo produtivo não deságüem na acumulação privada fora das redes, mas possam nelas realimentar a produção e o consumo solidários, completando os segmentos das cadeias produtivas sobre os quais as redes ainda não tenham autonomia.

Nessa estratégia de rede, sob o que começa a ser denominado *Paradigma da Abundância*, quanto mais se distribui a riqueza, mais a riqueza de todos aumenta, uma vez que tal distribuição se faz remunerando o trabalho que gera ainda mais riqueza a ser reinvestida e repartida.

Desse modo, as populações que estavam anteriormente excluídas, ao serem incorporadas ao processo produtivo e ao receberem uma justa remuneração pelo seu trabalho, podem consumir produtos e serviços solidários que garantam o seu bem viver, realimentando o próprio processo produtivo sob parâmetros ecologicamente sustentáveis. Acordos coletivos no interior das redes permitem ajustar estruturas de custos e de preços sob parâmetros que viabilizem a sua autopoiese, como uma alternativa à *lógica da escassez* que regula os preços nos mercados sob o binômio oferta e procura.

Assim, busca-se integrar consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmonioso e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive nos âmbitos da cultura, arte e lazer. É a conexão em rede do consumo e produção em laços de realimentação, com distribuição de renda, o que viabiliza economicamente a consistência e expansão dessa alternativa à globalização capitalista.

Alguns desafios e ações imediatas – A globalização solidária da economia não é um projeto futuro, mas algo que já está em curso e

que devemos promover das mais diversas formas, respeitando as diversidades de culturas, formas organizativas dos diversos atores, fortalecendo a participação democrática e o autogoverno dos setores solidários da sociedade civil nos diversos países.

Trata-se de promover conexões permanentes entre as organizações, fluxos materiais (compras e vendas), fluxos de informação (divulgação de produtos e serviços, transferências de tecnologia, etc.) e fluxos de valores. Redes econômicas constroem-se principalmente por fluxos econômicos. Todos os processos formativos, informativos, organizativos e políticos somente terão sentido econômico à medida que contribuam para estabelecer e aprimorar os fluxos econômicos.

Para tanto é necessário avançar em formas organizativas que facilitem a colaboração entre as organizações diversas que aspirem apoiar-se mutuamente, fortalecendo as mais distintas práticas de economia solidária integrando redes locais, regionais, nacionais e internacionais.

Construindo redes de redes, redes de colaboração solidária ou a colaboração solidária entre redes, chegamos necessariamente a uma rede global, ou a várias delas, atuando de maneira antagônica ao capitalismo, implantando e desenvolvendo um novo modo de produção, distribuição e consumo. Nessa trajetória, alguns desafios devem ser enfrentados, entre os quais: a difusão do consumo solidário, a logística de distribuição e comercialização, a organização de fundos de desenvolvimento solidário, o mapeamento de empreendimentos, estabelecimento de conexões entre eles, a diversificação e qualificação dos produtos e serviços, a capacitação técnica de trabalhadores(as) e empreendimentos, a formação política e cultural voltada para a autogestão e solidariedade, a estruturação e o fortalecimento de redes nacionais e internacionais a partir da organização local.

No contexto mais imediato indicamos, entre muitas outras prioridades aqui não relacionadas, *algumas* ações econômicas importantes que podem concentrar nossa colaboração:

- A *difusão do consumo solidário*, ampliando o volume de vendas e produção solidária. O potencial de consumo das populações organizadas em sindicatos, movimentos sociais-populares e culturais, em empreendimentos solidários, ONGs e comunidades mobilizadas, etc. é gigantesco e necessita ser organizado. Não podemos continuar combatendo o capitalismo com nossos discursos e reproduzindo-o com nosso consumo! O consumo solidário é uma forma de luta anticapitalista a ser praticado cotidianamente.
- *Organização de fundos de desenvolvimento solidário*, como instrumento para o *reinvestimento coletivo dos excedentes* alcançados pelos

empreendimentos solidários. Esses reinvestimentos são fundamentais para se criar novas empresas e remontar-se as cadeias produtivas.

- *Levantamento de produtos, serviços e valores movimentados*, com a organização, em vários idiomas, de sistemas via web de localização de insumos, produtos e serviços, com chaves por país, estado, região, cidade, etc. O resultado de pesquisas nesses sistemas são listas com todos os empreendimentos que possam atender as demandas feitas nas condições apresentadas, acompanhados de telefone, endereço, correio eletrônico, homepage, etc., possibilitando a multiplicação de redes solidárias de comércio eletrônico. É fundamental que as organizações de economia solidária, particularmente as redes internacionais que detêm bancos de dados já organizados com essas informações, cadastrem seus empreendimentos e produtos, indicando também os insumos e outros itens que demandam para o funcionamento desses empreendimentos. Isso facilitará imensamente a *localização dos empreendimentos, a divulgação dos produtos e serviços aos consumidores finais, a logística de distribuição e comercialização, e a remontagem de cadeias produtivas, possibilitando que empreendimentos solidários venham a se tornar fornecedores de outros empreendimentos solidários.* Começaríamos a dar *visibilidade orgânica e global* à economia solidária como uma alternativa já existente de satisfação das necessidades e desejos humanos, capaz de promover um desenvolvimento sustentado com distribuição de renda, incentivando também o volume dos fluxos econômicos no interior das próprias redes.

- *Catálogos mundiais de economia solidária e remontagem de cadeias produtivas.* Com esses dados poderão ser organizados diversos catálogos setoriais ou por países que poderão ser divulgados nos Fóruns Sociais Mundiais, apresentando tanto a imensa diversidade de produtos e serviços disponibilizados por empreendimentos de economia solidária em todo o mundo, quanto a diversidade e o volume de insumos adquiridos. Esses dados serão uma *base importante para possíveis definições estratégicas de setores prioritários de investimento, transferências tecnológicas, etc., considerando a organização de cadeias produtivas que alcancem maior autonomia frente aos giros de reprodução do capital,* corrigindo fluxos de valores que ao invés de desaguar no mercado capitalista continuariam circulando pelas cadeias produtivas solidárias, financiando a produção e o consumo solidários.

- *Ampliação do número de contratos entre empreendimentos de economia solidária.* Os Fóruns Sociais Mundiais além de serem importantes espaços de elaboração, difusão e articulação política e cultural,

devem ser espaços para negociações econômicas solidárias. Será politicamente importante que nos próximos FSMs todas as organizações de economia solidária, que já têm contratos firmados entre si, possam – se for o caso – renová-los em uma sessão pública. Empreendimentos que não possam comparecer ao evento poderiam delegar esse gesto simbólico de assinatura a outra organização de economia solidária de seu país ou região que esteja presente no Fórum. Nesses espaços seriam apresentados balanços de quantos milhões de dólares estão sendo comercializados a cada ano por meio de organizações de *Fair Trade* e por empresas de autogestão de caráter solidário, quantos milhões de dólares estão sendo movimentados pelas organizações de finança ética, quantos milhões de dólares circulam pelo LETS e pelas Redes de Troca, mas sobretudo, quantos milhões de pessoas em todo o mundo estão produzindo, comercializando e consumindo em redes de economia solidária e como isso tem mudado a vida dessas pessoas para melhor, avançando na construção da cidadania e na sua realização humana. Será importante que cada país apresente suas estatísticas e exemplos marcantes, jornais, revistas e vídeos, que podem ser reproduzidos em outras mídias de massa, divulgando os impactos da expansão da economia solidária nos diversos países e regiões.

- Essas ações permitem *incentivar as práticas de economia solidária* em todo o mundo e *produzir documentos de referência sobre a expansão da economia solidária como uma alternativa concreta à globalização capitalista*. Não como uma promessa futura, mas como uma nova forma de organizar a economia, centrada em novos valores, que já está presente em inúmeros lugares, mostrando-se economicamente viável, socialmente justa, ecologicamente sustentável e que pode ser potencializada pelos Fóruns Sociais Mundiais em todos os países e regiões.

- Sob o aspecto político, é preciso *pressionar os Estados, e propor legislações e políticas públicas favoráveis à expansão e consolidação da economia solidária*. É importante que os partidos de esquerda atualizem suas agendas incluindo em suas pautas uma reflexão sobre a economia solidária não apenas para a proposição de políticas públicas e elaboração de novas leis, como também para uma atualização das estratégias de transformação estrutural das relações de produção, considerando a emergência – a olhos vistos – de uma classe social em que os trabalhadores são donos dos meios de produção, e que somente crescem na condição de classe à medida que solidariamente se entreapóiam, enfrentando as corporações capitalistas e consolidando práticas solidárias de autogestão e intercooperação.

- Por fim, sob o aspecto cultural – e para considerar apenas um elemento nesse campo –, todos(as) nós podemos *reelaborar nossas sensibilidades, imaginários e conceitos sobre o consumo e a produção*, praticando e divulgando a socioeconomia solidária em todos os espaços sociais em que atuamos. THOT

II Fórum Social Mundial - Porto Alegre, fevereiro de 2002.

TEMÁTICA

HENRIQUE RATTNER
Licenciado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia, doutor em Economia Política (USP) e pós-doutorado em Planej. Urbano e Regional (MIT/EUA). Coordenou o Prolides Brasil – Programa de Liderança e Desenv. Sustentável no Mercosul. É consultor do IPT – Inst. de Pesq. Tecnológicas de S.P.
E-mail:rattner@ipt.br

A BUSCA DA IDENTIDADE NUM MUNDO DE INCERTEZAS

Um outro mundo é possível — com sustentabilidade, distribuição de renda e justiça social. Para chegar a ele, porém, é preciso desenvolver uma visão de futuro guiada por um modo de pensar abrangente.

Como manter a identidade e a lealdade às raízes e à cultura de origem, na era da globalização e da eliminação das fronteiras geográficas e políticas, posta em prática pelo avanço das tecnologias de ponta nos transportes e comunicações e pela redução de barreiras tarifárias, a fim de facilitar o fluxo internacional de mercadorias, serviços e capitais?

A ideologia dominante, endossada e apoiada pelos organismos internacionais, apresenta-nos a globalização como sinônimo de progresso. E a associação dos países em blocos econômicos é vista como o primeiro passo para a construção de "um mundo só". Crescimento econômico ilimitado, livre comércio e flexibilização das relações de trabalho trariam, rapidamente, uma era de abundância e bem-estar para todos os habitantes da Terra.

A realidade ao nosso redor é bem diferente: uma dinâmica perversa do sistema econômico induz uma polarização intensa e crescente entre riqueza, poder e acesso à informação nas mãos de poucos e a miséria, ignorância e marginalidade de muitos, dentro e entre as sociedades. Isso nos distancia cada vez mais da tão almejada fraternidade e solidariedade dos povos, em uma nova ordem mundial.

No comportamento individual e coletivo, as leis do mercado substituíram as Escrituras Sagradas. E o próprio mercado passou a ocupar

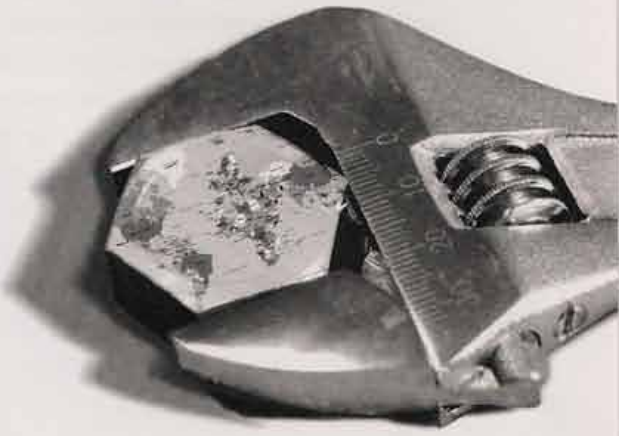
o lugar da providência divina, disseminando, nas palavras de Max Weber, o desencantamento do mundo (*Entzauberung der Welt*) e da vida.

O fim do século 20 viu ruir as utopias revolucionárias e, ao mesmo tempo, o fracasso da ideologia desenvolvimentista. A maioria da população mundial, vivendo nos países do Terceiro Mundo, passou pela amarga experiência de rejeição e desencanto das promessas da ideologia dominante secularizada. Perdeu suas frágeis esperanças e, com elas, a visão de um futuro mais justo e uma vida mais digna. A brutalidade das políticas reais do sistema capitalista, desprezando e reduzindo os valores humanistas a conceitos de mercado e de transações comerciais, acabou provocando reações de indignação e revolta e a busca da utopia perdida.

A promessa de uma era de progresso e justiça para todos, lançada com o advento da Revolução Francesa de 1789 e, novamente, após a II Guerra Mundial, foi desmentida por um processo de desenvolvimento desigual, que deixou o mundo das ex-colônias cada vez mais para trás. Os impactos da penetração fragmentada da modernidade nas culturas tradicionais causaram a ruptura de seu tecido social e a conseqüente perda de identidade e das raízes.

A crise de identidade é geral em todas as sociedades, à medida que a exclusão, a insegurança e a incerteza quanto ao futuro tornam-se o destino comum da grande maioria.

Nesse contexto de fracasso das políticas oficiais de desenvolvimento, em que indivíduos e grupos desesperam das promessas dos políticos, ocorre um retorno em massa às diferentes formas de pensamento e ação dominadas pela religião. O abismo que se alarga entre os que têm e os que não têm transformou o relacionamento



humano em um cenário de conflitos permanentes – étnicos, tribais, religiosos, nacionalistas ou meramente sociais, enquanto os indivíduos experimentam frustração, alienação e desconforto sem fim.

Durante os séculos de expansão da civilização ocidental, foi a religião que proporcionou os elementos de coesão e solidariedade ("mecânica", na tipologia Durkheimiana). Seus dogmas e doutrinas uniram a sociedade, legitimando os valores e a moral dominantes e contribuíram, via um conjunto de normas e sanções, para controlar o comportamento individual e público. Ao mistificar o poder e seus detentores, justificou as desigualdades e injustiças em nome de uma racionalidade divina, fora do alcance dos mortais. Como explicar, então, o retorno ao fundamentalismo nas principais religiões, no Ocidente e no Oriente, após o Século das Luzes, a emancipação, os avanços espetaculares de ciência e tecnologia e o Estado do Bem-estar?

A cultura é um mecanismo dinâmico e adaptativo, garantindo a sobrevivência de seus portadores – os membros do grupo social específico. Sua função básica é manter a coesão do grupo, resistindo às mudanças trazidas por processos econômicos e políticos, internos e externos.

Ao incorporar normas, costumes, atitudes e valores do mundo externo por meio de aculturação e assimilação, a cultura transforma-se para assegurar a sobrevivência de seus portadores. Mediante contatos e interações com outros grupos ao assimilar ou resistir aos hábitos, atitudes e valores dominantes, surgem tensões e conflitos que têm caracterizado a evolução histórica da humanidade. Sempre há conservadores que resistem aos novos padrões culturais, sobretudo quando afetam o código moral e a estrutura familiar, enquanto inovações tecnológicas e bens de consumo são mais facilmente assimilados. Porém, esses aspectos aparentemente materialistas da cultura não podem ser separados das dimensões filosóficas e psicológicas da vida, que nos revelam os significados mais profundos da cultura na formação da mentalidade humana.

Os seres humanos vivem envoltos em teias de significados simbólicos por eles criados, que lhes conferem os sentimentos de identidade, de pertencer ao mundo e ao grupo que professe as mesmas crenças e valores. Esses recursos simbólicos permitem que os indivíduos percebam-se como atores e sofredores, ativos ou passivos, sempre como participantes de uma determinada cultura. São também esses recursos simbólicos, portadores de significados e carregados de sentidos – orações, ritos, músicas e danças religiosas e profanas, lendas, leis, normas e instituições –, que possibilitam o funciona-

mento da imaginação e sua materialização como bem público, sagrado ou secular.

A destruição e o caos, causados pelo avanço impetuoso da chamada modernidade, criaram um caldo de cultura fértil para o renascimento do fanatismo fundamentalista, do isolacionismo, da xenofobia, da intolerância e da propensão à "guerra santa" contra os "infiéis". Em busca do "paraíso perdido", milhões de deserdados aderem aos falsos profetas da violência, individual ou coletiva, nos quais procuram encontrar identidade e sentido para suas vidas.

Chegamos a uma encruzilhada na evolução da espécie humana. A ameaça de cairmos numa nova idade de trevas tornou-se concreta e visível para todos, a partir do ataque de um punhado de suicidas aos símbolos de poder militar e econômico norte-americanos e, em seguida, pelas guerras desencadeadas contra o Afeganistão e o Iraque, logo conotadas falsamente (por Samuel Huntington) como um conflito de culturas entre o Ocidente e o Oriente.

Em vez de aplicar a lei de Talião, do "olho por olho", deve-se envidar todos os esforços para eliminar as causas da revolta e do ódio das multidões islâmicas, inimigas de uma globalização que amplia o fosso entre pobres e ricos, ameaça as culturas tradicionais e sufoca os movimentos legítimos de emancipação e autonomia.

Eis um desafio para a humanidade neste início de século e de milênio: como superar a contradição entre a valorização da cultura própria – tradicional ou moderna – e a intolerância, o preconceito e desprezo pela cultura dos outros? Ou, em outras palavras, como assegurar a aceitação dos outros e, portanto, o convívio pacífico entre membros de culturas diferentes?

O desafio reside na construção de um mundo novo, repleto de alternativas que contemplem todas as organizações e movimentos, em sua rica e imensa diversidade.

Partindo da premissa de que os fundamentos culturais de uma sociedade sustentável são a diversidade cultural e a liberdade e autonomia dos indivíduos, ligados pelas redes de cooperação e solidariedade interdependentes, cabe-nos empreender esforços na construção de um marco referencial para a reflexão e ação que conduzam à sociedade sustentável.

Propósitos e esforços comuns criam uma teia complexa de idéias, crenças e valores coletivos. Estes não somente conferem legitimidade às ações políticas e práticas governamentais, mas também induzem processos poderosos de identificação, motivação e participação, que energizam e potencializam as aspirações coletivas. Os seres

humanos sentem-se mais realizados quando unidos, cada um atento a seu compromisso pessoal e dele consciente, servindo a um propósito comum.

O florescimento ilimitado da cultura pode ser concebido como um bem em si mesmo no caminho do desenvolvimento humano. Preservando e promovendo sua diversidade, ele projeta uma dimensão mais ampla do que o desenvolvimento no entendimento estreito dos economistas. Os esforços de preservação das diversidades biológica e cultural podem ser considerados duas faces da mesma moeda. Seguindo a visão evolucionista, os seres humanos desenvolveram-se mediante a adaptação da espécie às condições mutantes do ambiente ecológico e social, ao criar respostas adaptativas variadas que resultaram em padrões culturais diferentes. Assim, a diversidade cultural é claramente o produto das capacidades criativa e adaptativa da humanidade e, como tal, de incomensurável valor para a sobrevivência e a sustentabilidade.

Nas palavras de Boaventura de Souza Santos (*Folha de S. Paulo*, 22.04.2001), "o que está em causa é uma globalização contra-hegemônica em que caibam as diferentes concepções de identidade cultural e emancipação social". Em outras palavras, a única opção ao ciclo infindável de violência é a democracia com justiça social.

A globalização impulsionada pela expansão do capital e a intensificação da tecnologia em escala planetária não resulta apenas em maior circulação de mercadorias e de recursos financeiros, mas cria também oportunidades para a difusão de conhecimentos e de conceitos éticos universais, produtos da imaginação e da criatividade humanas.

Nesse sentido, é possível afirmar que a globalização está disseminando as raízes de uma nova ordem mundial baseada em princípios e valores – democracia, direitos humanos e solidariedade – que auguram uma nova era do convívio humano.

Diariamente são construídas e tornam-se acessíveis redes de informação e comunicação baseadas em tecnologias abertas, o que permite a elaboração de uma visão e compreensão mais completa sobre a encruzilhada da sociedade e os impactos das ações individuais e coletivas na vida humana e no meio ambiente.

A abertura do mercado pela dinâmica do capital transnacional tem encontrado parceiros e aliados nas classes abastadas e nos governos nacionais, mesmo aqueles que se dizem da "esquerda".

Para enfrentar os desafios decorrentes da desarticulação das organizações comunitárias tradicionais, torna-se mister uma ampla mobilização popular, que exija novos padrões de políticas públicas e

a participação nas decisões que afetam seus destinos, mediante consultas, plebiscitos e referendos em que participem toda a população.

Essa concepção coloca em discussão a reformulação da ciência e da tecnologia, tradicionalmente atreladas aos interesses das classes dominantes. A abordagem alternativa, além de romper as barreiras das disciplinas rigidamente enquadradas numa estrutura departamental, procurará incorporar novas práticas de aprendizado social. Isso pode ser conseguido por meio de elementos de ação coletiva, políticas públicas inovadoras e experimentação social, com a participação de todas as camadas da população.

Procuramos criar alternativas que transcendam as práticas assistenciais, que fornecem álibis para pseudo-soluções e reforçam os processos de exclusão social. Para superar o impasse em que se encontra a sociedade, postulamos a primazia da cooperação em lugar da competição como valor fundamental – e essa tarefa não pode ser reduzida à superação da dicotomia simplista "Estado *versus* mercado". Na construção da nova ordem social, caberá ao Estado a função de coordenar e orientar as atividades econômicas e sociais, enquanto a população conquista sua autonomia, autogestão, iniciativa criativa e liberdade.

Após mais de trezentos anos, durante os quais o Estado constituiu o marco jurídico legal e político para a ordenação das atividades produtivas e políticas das populações estabelecidas nos seus limites territoriais, ele se revela impotente para impedir a privatização de bens públicos e a deterioração das condições de vida da imensa maioria. Perde, também, a maior parte de sua capacidade financeira, em conseqüência da baixa arrecadação, sonegação e o pesado ônus do serviço das dívidas externa e interna. O desafio para a sociedade civil é reconstruir o Estado em suas funções de provedor de empregos, de serviços de infraestrutura e, sobretudo, de atendimento às necessidades básicas dos menos favorecidos e marginalizados.

Trata-se, em última análise, de transformar um modo de vida que produz e reproduz cronicamente a concentração de riquezas, da cultura e do poder, enquanto agrava, no outro lado, a miséria, a marginalidade e a exclusão. Os padrões culturais impostos e disseminados pelas elites à sociedade recusam os direitos à cidadania aos pobres e discriminam os subalternos, aos quais é vedado acesso à representação pública, principal obstáculo a um processo de mudança.

Não havendo um fluxo de informações atualizadas e relevantes para os excluídos, não haverá barreiras à gestão autocrática e centralizadora. O adiamento dos debates dos problemas da sociedade pela população – e sua participação na definição das prioridades

de investimentos – tendem a aumentar as disparidades sociais e regionais e, assim, agravam as tensões e conflitos. A alternativa exige descentralização e transparência nos processos decisórios e a plena participação democrática.

Os impactos dramáticos do desenvolvimento desigual que aumenta o fosso entre ricos e pobres tendem a lançar a reivindicação central de nosso tempo – os direitos humanos – não como visão utópica, mas como condição básica para a sobrevivência e a sustentabilidade.

A inadequação da democracia formal representativa, para dar vazão às expectativas e aspirações das populações privadas e marginalizadas, levou a propostas e práticas de desenvolvimento da organização da produção, distribuição e consumo de bens e serviços mais compatíveis com a integração social, participação comunitária e o exercício pleno da cidadania. Foi a partir da organização crescente da sociedade civil, que o Fórum Social Mundial lançou o desafio que reverberou por todos os continentes: "Um outro mundo é possível".

Utopia? Mas o que seria do destino da humanidade sem os sonhadores de um futuro alternativo? Como dizia Oswald de Andrade, "no fundo de cada utopia há não somente um sonho, mas também um protesto". São os protestos que estimulam a tomada de consciência, a mobilização e a luta política.

O fracasso do socialismo real – que foi a primeira experiência de um regime alternativo – não redime o capitalismo, que trouxe à humanidade, além da opulência material para poucos, a exploração e alienação da maioria e as hecatombes de duas guerras mundiais.

Sabemos que o socialismo democrático não pode ser realizado com base na pobreza generalizada, em que a distribuição de bens e serviços escassos exigirá a formação de filas, as quais, para manter a ordem, apelarão para o aparelho de segurança do Estado, ressuscitando a burocracia, a polícia e a desigualdade.

O projeto de desenvolvimento sustentável e solidário surge da necessidade de resistir à lógica fria e desumana dos mercados globalizados, regidos pela competitividade destrutiva e excludente. Demonstra as possibilidades de gerar alternativas de trabalho e renda, mesmo nas regiões mais pobres e abandonadas pelo poder público. A organização da produção coletiva e sua comercialização pelos próprios produtores favorecem inovações tecnológicas apropriadas, que fortalecem e retroalimentam as potencialidades locais e regionais.

As propostas de mudança não se limitam às atividades econômicas. Para ampliar as alternativas de geração de trabalho produtivo e de renda – agrícola e não-agrícola –, dá-se ênfase a melhorias de saúde, habitação e saneamento. Na área de educação, é imperiosa uma

mudança radical no ensino regular, na formação profissional, na extensão rural e na assistência técnica.

Somente assim será possível imprimir ao processo de desenvolvimento parâmetros qualitativos, em vez dos indicadores quantitativos ilusórios usados para aferir as taxas do PIB, que ocultam ou ignoram as questões cruciais: "Crescimento? Para que e para quem?"

Junto com os avanços na organização coletiva da produção, surge um sentimento crescente de solidariedade e de mobilização para superar as desigualdades sociais, por meio da conquista plena da cidadania e da democracia participativa e de acordo com a Carta dos Direitos Humanos. Vivemos em plena era do fracasso do paradigma oficial de desenvolvimento e da ideologia dominante. Antes, afirmava-se que era preciso primeiro fazer crescer o bolo para depois distribuí-lo. Hoje, com a bolsa de valores sendo considerada indicador de progresso, o bolo não cresce mais e nem se sabe o que produzir e para quem.

O impasse criado nas políticas oficiais requer a construção de um novo modelo de transformação social, baseado na cooperação e solidariedade e com a participação da população, na concepção, execução e avaliação dos projetos.

O discurso e a prospectiva oficiais assumem os objetivos e metas do progresso técnico como verdades ou certezas inquestionáveis por serem supostamente derivados das leis da evolução natural. A realidade social, todavia, é complexa e contraditória, e mesmo os objetivos e planos puramente técnicos refletem interesses e valores de grupos sociais em campos diferentes.

Nessas condições, seria pretensioso considerar o exercício da prospectiva equivalente à previsão do futuro. Políticos e tecnocratas procuram obter uma visão do contexto futuro para melhor adequarem suas decisões. Entretanto, estimativas baseadas em extrapolações da taxa de câmbio, da inflação, dos juros e suas oscilações constantes evidenciam o caráter altamente equivocado e perverso dessa prospectiva oficial.

Em vez de bancar o papel de futurólogos, cujas predições não ultrapassam o trivial, devemos procurar explorar futuros alternativos, admitindo explicitamente a existência de certas precondições, consideradas partes do próprio futuro provável e desejável. Não se trata de uma visão romântica de um futuro *a priori*, ainda inexistente. Ao tentarmos inventá-lo, nossos pressupostos sobre o que deve acontecer mesclam-se com as premissas sobre o que pode e o que vai acontecer.

As incertezas e a insegurança presentes em nosso cotidiano transformam a vida em um pesadelo cheio de contradições, de instabili-

dade e de interrogações. Em face dos problemas e dos desafios aparentemente insolúveis, os indivíduos perdem a confiança em si, nos outros e no governo da sociedade. Onde encontrar orientação para antecipar e prever o futuro, uma aspiração da humanidade tão antiga quanto sua existência no planeta? Nem o fatalismo religioso nem o determinismo científico foram capazes de fornecer respostas satisfatórias aos nossos anseios de escapar à situação de caos. Afinal, aonde vamos?

A penetração da racionalidade econômica e tecnológica em todas as esferas da vida, potencializada pela globalização, em vez de aclarar o horizonte tem agravado os riscos de acidentes ecológicos, conflitos armados e ameaças de desequilíbrios dos ecossistemas até a entropia irreversível. Impelido pela dinâmica de acumulação e reprodução do capital em escala global, o tão almejado crescimento econômico provoca a destruição das condições ecológicas da sustentabilidade, ao estimular o consumo insaciável de recursos naturais e gerar emissões tóxicas que provocam o aquecimento global.

A racionalidade econômica baseada numa pseudociência mecanicista constitui o desafio mais sério para uma governança responsável da vida e da segurança do planeta. O processo de globalização introduziu em todos os cantos da terra a racionalidade técnica e econômica do mercado, com efeitos que transcendem a nossa capacidade de controle dos fenômenos reais. Seus impactos resultam em descontrole dos acontecimentos, inclusive os desastres ecológicos e a degradação sócio-ambiental, manifesta sob forma de pobreza, desequilíbrios, insegurança e conflitos.

O desmoronamento das certezas e da capacidade de controle do sistema atual enfraqueceu o poder de previsão de eventos futuros. A legislação ambiental aparece como uma defesa tardia, reativa e incompleta diante do impacto devastador dos processos de espoliação dos recursos naturais que ameaçam a segurança ecológica do planeta. A alternativa exige romper com o poder de monopólios e de sistemas autoritários, abrindo espaço para a construção de uma sociedade baseada na diversidade cultural e na democracia participativa.

O modelo atual gera e estimula um processo de crescimento baseado no consumo ilimitado de recursos e na destruição paulatina das condições ecológicas de sobrevivência. Mesmo controlando o crescimento da população, com políticas e mudanças culturais, a racionalidade econômica do sistema capitalista não oferece mecanismos internos de equilíbrio e estabilização, na corrida inconseqüente atrás do crescimento que arrasa o meio ambiente.

Portanto, não se trata de ficção, nem de uma visão romântica – queremos desenvolver propostas para um futuro possível e desejável, em oposição ao mundo frio de fórmulas econométricas e de jogos de simulação, que transformam a realidade percebida numa imagem fantasmagórica e a vida das pessoas em um pesadelo sem fim. THOT

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

HERSKOVITS, M.J. *Cultural anthropology*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1955.

KARDINER, A. *et al. The Psychological Frontiers of Society*. Nova York: Columbia University Press, 1945.

LINTON, R. *The tree of culture*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1955.

MEAD, M. *Cultural Patterns and Technical Change*. Nova York: Mentor Books, 1954.

OPLER, M. *Culture and mental health*. Nova York: Mac Millan, 1959.

Outros textos do autor: www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm

TEMÁTICA

EDUARDO COUTINHO DE PAULA
Engenheiro, Educador, Coordenador de Projetos Sociais e Membro do Conselho Deliberativo do COOPERANDO – Instituto para a Cooperação.
E-mail: ducp@ig.com.br

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

A COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, NA GERAÇÃO DE RENDA E NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O fenômeno chamado Economia Solidária é bastante recente no Brasil e compreende uma enorme diversidade de iniciativas de caráter econômico e social. É certamente uma prática e um conceito em construção.

De onde surgiu e no que consiste a Economia Solidária? Quais seus principais desafios? Seria ela apenas um modo alternativo e compensatório para abrandar o contexto de desemprego e o forte quadro de pobreza e de exclusão socioeconômica? Pode a Economia Solidária ser um instrumento viável para geração de renda e uma estratégia política para promover o desenvolvimento econômico local e sustentável? Será (im)possível, por meio da Economia Solidária, criarmos uma nova Cultura de solidariedade? Pode ela representar um novo caminho pragmático para a verdadeira Cooperação? Este artigo procura refletir e trazer algumas respostas a essas questões.

Economia e trabalho humano. Sabemos que na economia original, com finalidades sociais, a moeda foi criada como elemento de troca de mercadorias e serviços. Ao longo do tempo, com o surgimento do sistema capitalista, passamos gradualmente por um processo de inversão: mercadorias e serviços transformaram-se em elemento de troca para ampliar o capital. Os bens e produtos tornaram-se apenas pretextos para ampliar faturamento. Temos hoje a troca de capital por mais capital – de um modo virtual – sem a necessidade de mercadorias e serviços; as relações humanas simplesmente passaram a ser deletadas, daí o conceito de capitalismo selvagem.

Os mecanismos de mercado, por sua vez, são cegos ao empobrecimento generalizado da população, às futuras gerações, à natureza e a toda criação do planeta, não garantindo sua sustentabilidade. A conhecida lenda do rei Midas – que transformava tudo que tocava em ouro – é bem ilustrativa: a riqueza pela riqueza, o excesso da riqueza, o acúmulo irracional, como o que temos hoje pela distorção da economia, acaba matando a si própria.

Como escreveu E. F. Schumacher, em seu livro *O Negócio é Ser Pequeno* (1973):

> De um ponto de vista econômico, o conceito central da sabedoria é a permanência. Nada faz sentido economicamente salvo se a sua continuidade por longo tempo puder ser projetada sem incorrer em absurdos. Pode haver crescimento rumo a um objetivo limitado, mas não pode haver crescimento ilimitado e generalizado. É mais que provável, como disse Gandhi, que a Terra proporciona o bastante para satisfazer a necessidade de cada ser humano, mas não a voracidade de todos. A permanência é incompatível com uma atitude predatória que se rejubila com o fato de que o que era um luxo para nossos pais tornou-se necessidade para nós. O cultivo e a expansão das necessidades é a antítese da sabedoria. É igualmente a antítese da liberdade e da paz.

Os preceitos básicos do *individualismo* e do *utilitarismo* não se demonstram adequados para determinar uma condição sustentável, sendo necessária a adoção de novos critérios nos quais o resultado considerado socialmente melhor não é dado pela agregação das *preferências individuais*.

Como o capital só reconhece a demanda pelo poder de compra e não as necessidades efetivas de uma massa crescente de "perdedores", foi necessário emergirem práticas de relações econômicas e sociais que pudessem favorecer a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

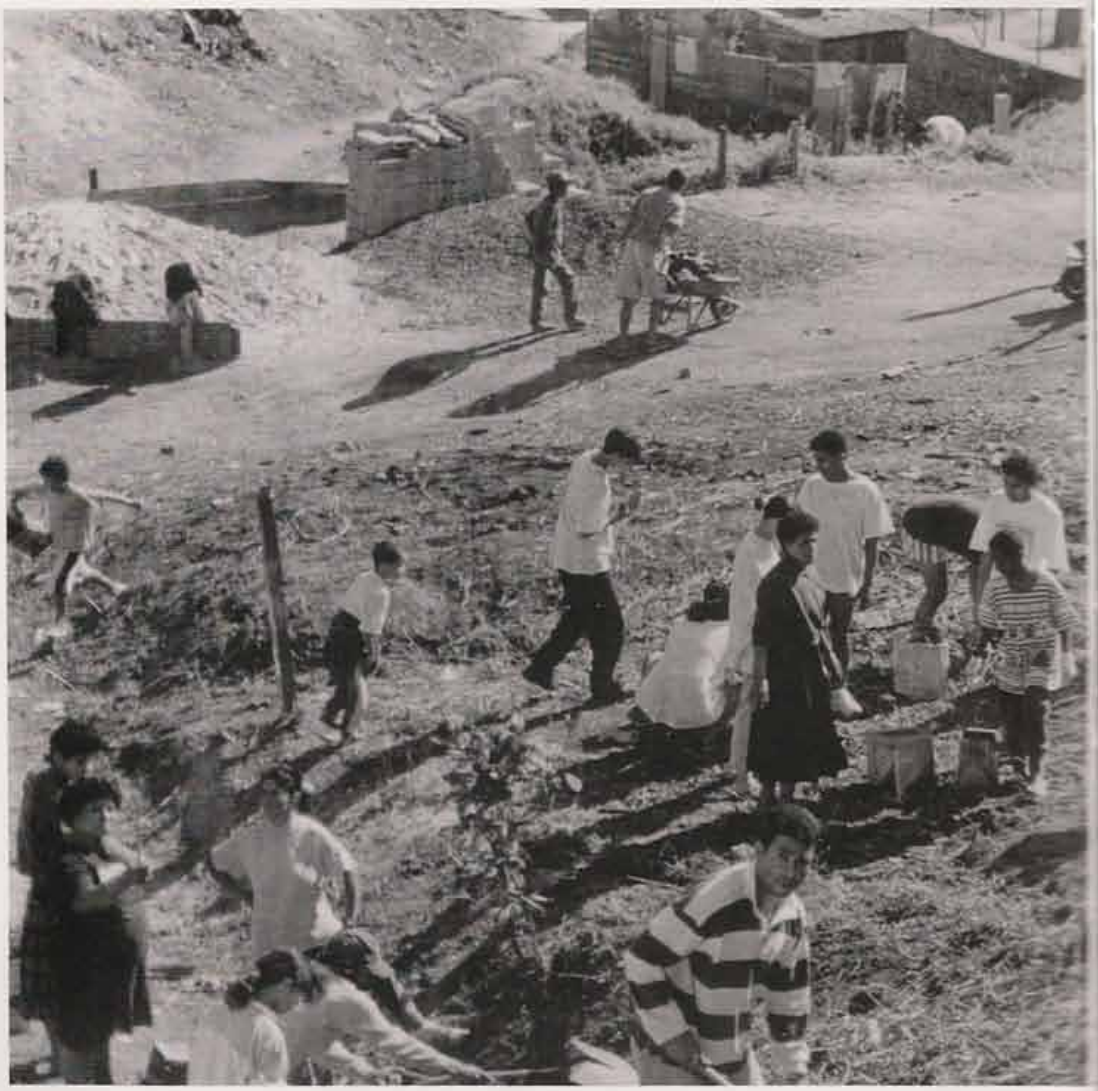
Uma prática e um conceito em construção. A Economia Solidária, também referida como Economia Social, Socioeconomia Solidária, Humanoeconomia ou Economia Popular, é representada por um conjunto de iniciativas inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação de capital.

Historicamente, as experiências pioneiras em Rochdale, Inglaterra, em meados do século 19, geraram os seguintes *princípios do cooperativismo*, assim conhecidos: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão

democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e interdependência; 5) investimento em educação, formação e informação; 6) intercooperação e 7) interesse autêntico pela comunidade. Esses princípios ganharam múltiplos modos de manifestação, dependendo das realidades socioeconômicas, tendo como convergência: a valorização do trabalho humano, a promoção das necessidades básicas como eixo da atividade econômica e comercial, o reconhecimento do lugar privilegiado da mulher e do feminino, a busca de uma relação harmoniosa com a natureza e os valores da solidariedade e da cooperação.

Pela Economia Solidária existe uma mudança nas práticas sociais, buscando-se despertar do consumismo desenfreado, do individualismo capitalista, dos posicionamentos hierárquicos nas relações de produção e humanas, reivindicando relações com práticas de solidariedade, respeito às diferenças e vivendo na multiplicidade.

A Economia Solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio,

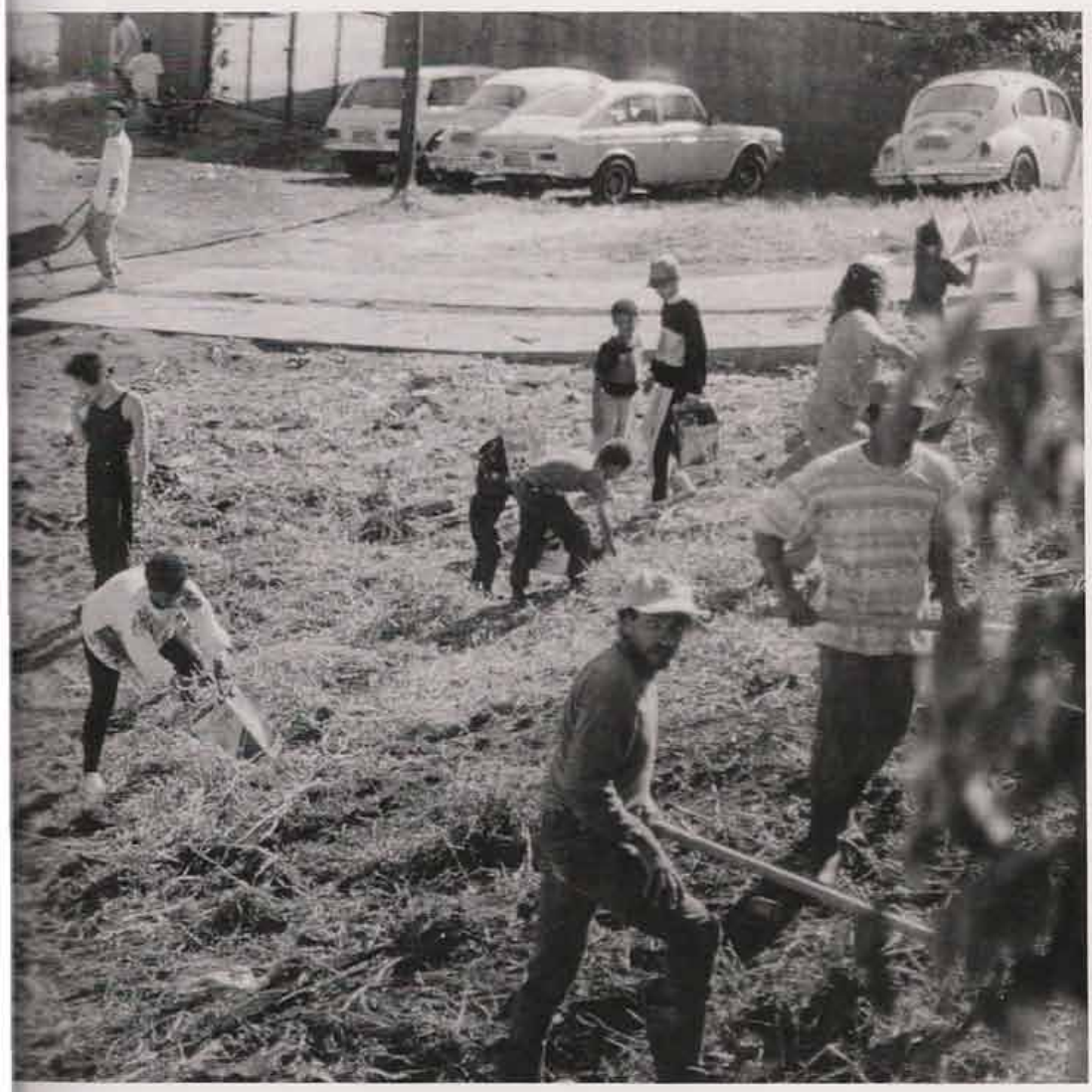


consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, ou seja, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens e serviços e pela participação democrática (uma pessoa, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.

(Ministério do Trabalho e Emprego, 2003)

Assim, a Economia Solidária compreende uma grande diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob formas de cooperativas populares, federações e centrais cooperativas, associações, movimentos, organizações comunitárias, compras coletivas, redes de consumidores, empresas autogestionárias (pequenas, médias e grandes), iniciativas familiares, feiras ou clubes de troca com uso de moedas sociais e complexos cooperativos.

Paul Singer, economista, professor catedrático da USP, estudioso sério da economia política, autor de vários livros e intelectual reconhecido nacionalmente, afirma que aproximadamente 10% da população mundial estão envolvidos, de alguma forma, numa atividade da



Economia Solidária. Como referência, destaca-se o caso de Mondragon, uma cidade no País Basco, na Espanha, onde existe o maior complexo cooperativo do mundo.

São mais de 100 cooperativas, extremamente avançadas, às quais estão associadas entre 50 e 60 mil pessoas. Uma parte delas dedica-se ao desenvolvimento de tecnologia, como instituições de pesquisa. Um outro exemplo, atualmente em crise, são os *kibutzin*, comunas agroindustriais, em Israel, que já existem desde o começo do século passado. Quebec, no Canadá, e os países escandinavos são exemplos de economia em que o cooperativismo tem um papel dominante. A Islândia é indicada como uma economia em que 80% da produção e do consumo são feitos mediante cooperativas.

O Movimento da Economia Solidária. A Economia Solidária é um movimento que propõe a substituição da matriz sedimentada por um sistema de valores baseados no lucro, na acumulação e na competição, por uma matriz resultante de um sistema de valores centrados no bem estar social e na cooperação, tendo como valores focais o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital e sua propriedade.

De acordo com esses fundamentos, os participantes na atividade econômica devem cooperar em vez de competir entre si, com vistas a alcançar uma sociedade em que predomine a igualdade. Pois a chave da proposta da Economia Solidária é a associação entre iguais, ao invés de um contrato entre desiguais.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode se limitar aos resultados materiais de uma dada atividade econômica, porém define-se também como benefícios sociais e ambientais, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

Portanto, além de uma alternativa econômica das populações mais pobres e alijadas do mercado de trabalho, a Economia Solidária deve ser vista como um poderoso instrumento de reversão do quadro de pobreza, desemprego, exclusão em todos os níveis e precarização do trabalho, sustentada em modos coletivos de geração de trabalho e renda, integrados aos processos de desenvolvimento local participativos e sustentáveis.

Sendo um fenômeno recente no Brasil, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica de trabalhadores e trabalhadoras na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como de desenvolvimento local mediante a constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação.

Em seu estudo "Brasil: o *boom* da economia solidária" (outubro, 2002), o sociólogo francês Thomas Coutrot realizou uma avaliação da experiência brasileira das diversas formas de engajamento do trabalho na Economia Solidária (1990 a 2001). Registra um aumento que vai de 3.550 cooperativas (2,8 milhões de associados, 1990) – em todas as formas existentes no Brasil –, para até 5.100 cooperativas (4,4 milhões de postos de trabalho, 1998), ou seja, um crescimento de mais de 50%; paralelamente ao aumento alarmante do desemprego no país.

Completando esse estudo com o relato e entrevistas sobre inúmeras outras experiências com os trabalhadores cooperativados, urbanos e rurais, Coutrot chegou à seguinte conclusão: "Criatividade política e empreendedorismo de um lado, precariedade econômica de outro, tal é o balanço contrastado da economia solidária e popular brasileira". Ao relacionar a experiência com a globalização neoliberal: "As cifras mostram um crescimento remarcável (?) da autoorganização econômica dos esquecidos pela mundialização capitalista; ao mesmo tempo, o exame do funcionamento dessas iniciativas do cotidiano mostra como é difícil sobreviver à margem dessa mundialização".

Críticas à Economia Solidária e seus principais desafios. Uma crítica comum à Economia Solidária refere-se à sua ação restritiva aos que foram excluídos do mercado de trabalho capitalista, como uma ação meramente compensatória e até paliativa. Os críticos mais ferrenhos chegam a afirmar que existem apenas dois caminhos para as cooperativas populares e empreendimentos solidários no atual contexto: serem absorvidos por empresas capitalistas ou a destruição implacável pela lógica da concorrência da grande produção.

Existe um grande número de falsas cooperativas de trabalho em todo o país – formas patronais de roubo dos direitos sociais dos trabalhadores – que nada têm a ver com a Economia Solidária. Somente o tempo de amadurecimento do movimento poderá "separar o joio do trigo" por meio de ações do governo para prazo de adequação das mesmas aos requisitos necessários, evitando-se fraudes para redução de encargos legais e mediante recursos públicos para cadastramento criterioso das cooperativas autênticas.

Um dos principais desafios dos empreendimentos de Economia Solidária é a superação dos obstáculos para se inserirem no mercado. Além disso, a interpretação da legislação vigente no país ainda está sendo discutida para desobstruir as experiências de Economia Solidária, sendo importante a criação de uma lei específica voltada para as cooperativas autênticas e empreendimentos solidários.

Sabemos que, na tendência atual, cada vez menos pessoas têm emprego regular e gozam dos direitos que a Constituição garante a todos o(a)s brasileiro(a)s que trabalham. Assim, direitos básicos como limite de jornada de trabalho, férias e salário mínimo precisam ser contemplados numa nova legislação que assegure esses direitos a qualquer trabalhador(a), seja autônomo(a), de cooperativa, de associação, etc.

Considerações finais. Percebemos que a Economia Solidária pressupõe mudanças importantes no mundo do trabalho, incentivando a eqüidade, a democracia, a cooperação, a solidariedade, a qualidade das relações no trabalho e, mais que tudo, tendo a pessoa humana como prioridade. É uma outra possibilidade ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Apesar de vários desafios, a Economia Solidária vem sendo aplicada como um projeto de desenvolvimento que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa. Além disso, trata-se de um forte potencial como projeto pós-capitalista de organização do consumo, da produção, do comércio e das finanças em dimensões local, nacional e global, e essência de um novo sistema de valores, de relações e de práticas educativa, cultural e interpessoal.

> A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.
>
> (Arruda, 2001/2002)

O movimento vem se expandindo notadamente no país nos últimos anos, representando uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social e econômica, destacando-se a atuação das chamadas instituições de fomento à Economia Solidária. Estas dão suporte às iniciativas associativas comunitárias, promovendo a constituição de empreendimentos populares solidários, de caráter autogestionário, cooperativas ou grupos solidários, pretendendo a sustentabilidade em todas as dimensões da vida humana.

Atualmente, a Economia Solidária faz parte da agenda do Estado que tem adotado políticas governamentais voltadas a seu desenvolvi-

mento. O movimento vem se articulando por meio de fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. No primeiro semestre de 2003, o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, tendo Paul Singer à sua frente.

Destinados a promover as pessoas e a coletividade, programas de Economia Solidária vêm recebendo apoio crescente de governos municipais e estaduais, destacando-se os "bancos do povo" – democratização do acesso ao crédito –, empreendedorismo popular solidário, capacitação ocupacional, centros populares de comercialização, etc. Resultado desse processo, os gestores públicos vêm promovendo o intercâmbio de experiências para fortalecimento de políticas públicas específicas.

Sabemos por experiência que, por meio da Economia Solidária, podemos levar a prática da cooperação para novos modos de organização das relações de trabalho e de relações sociais, geração e distribuição de renda.

Reconhecemos o grande desafio que representa o fortalecimento do movimento da Economia Solidária e o longo caminho que temos a percorrer. Consideramos que a ênfase na reflexão sobre o papel da Cooperação e sua vivência como promotora de novas estratégias para solucionar conflitos, otimizar a comunicação, realizar metas comuns, construir coletivamente e compartilhar o sucesso representam a base para o fomento da Economia Solidária, com lastro e sustentabilidade das iniciativas. Deste modo, levar a filosofia, a cultura e a prática da cooperação voltadas à superação da pobreza, promovendo assim a inclusão social e a própria cidadania, revelam-se como uma preciosa ação de transformação da nossa sociedade. THOT

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

ARRUDA, Marcos. *Economia Solidária: fundamento de uma globalização humanizadora*. PACS e Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Rio de Janeiro: 2001/2002.

COOPERANDO – *Projeto de criação de Redes de Cooperação e de Economia Solidária nos distritos Cidade Ademar e Pedreira, Município de São Paulo*. São Paulo, 2003.

DO Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003.

ENTREVISTA com Paul Singer. Realizado por Spensy Pimentel, transmitida em 28 de outubro. Brasília: Radiobrás, 2003.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. *Plano Nacional de Qualificação: termo de referência em Economia Solidária*, 2003.

PLENÁRIA Estadual de Economia Solidária. Relatório. Campinas: 2003.

SCHUMACHER, E. F. *Small is Beautiful: um estudo de Economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEMÁTICA

PAUL SINGER
Professor Titular de Macroeconomia da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA), Livre-docente em Demografia e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

É POSSÍVEL LEVAR O DESENVOLVIMENTO A COMUNIDADES POBRES?

AS COMUNIDADES POBRES E O CAPITALISMO DO SÉCULO 21

Comunidades pobres no capitalismo do século 21. Graças à globalização, os ricos e em menor grau a grande e ubíqua classe média adquirem o mesmo padrão de vida e o mesmo modo de ser, na maioria dos países. Mas, o mesmo não se dá com os pobres, que resultam de processos socioeconômicos muito distintos e estão resguardados da padronização cultural avassaladora pela sua relativa exclusão dos padrões dominantes de consumo.

Por hipótese, comunidades pobres podem ser classificadas pelo seu grau de integração ao mercado global. Existem as excluídas há muito tempo e que vivem em economia de subsistência, de modo quase auto-suficiente, como os remanescentes de quilombos, por exemplo. E há as recém-excluídas, como o cinturão da "ferrugem" (a região do ABC paulista), cujos moradores foram empregados de indústrias que encolheram ou desapareceram em função da abertura do mercado interno e do progresso tecnológico. Estas últimas comunidades sobrevivem com rendas precárias, nas formas de auxílio a desempregados e aposentadorias dos mais velhos. Enquanto as primeiras são pobres porque não ganham o dinheiro que precisariam para comprar no mercado exterior (à comunidade) bens e serviços que satisfaçam suas necessidades básicas, as últimas sofrem pela ociosidade de muitos membros e pela insuficiência das transferências de renda.

Muitas comunidades pobres encontram-se entre esses dois extremos. Elas conseguem vender ao exterior produtos artesanais, extrativistas, de origem vegetal e animal, etc. mas que alcançam preços baixos porque sua oferta tende sempre a superar a demanda por larga margem. São muitos os pobres que vivem da venda de produtos, que em geral são adquiridos por uma elite cultural relativamente

pequena. Do desequilíbrio entre oferta e demanda emana uma pressão perene de baixa nas remunerações daqueles que vivem desse tipo de comércio.

O grau de integração é estratégico, porque os pobres têm essa condição em grande parte pela privação de bens e serviços "modernos" que lhes são essenciais para conservar a saúde, viajar, ter acesso à alfabetização digital, a informações veiculadas pela mídia, a filmes, livros, revistas, educação e assim por diante. Uma parte dessas "essencialidades" serve primordialmente para dar acesso ao que chamamos acima de "padronização cultural avassaladora".

É muito discutível se essa padronização é ou não desejável, mas não resta dúvida de que os pobres em geral a desejam. Tão logo conseguem aumentar sua renda monetária, tratam de adquirir tais essencialidades. Bens modernos dão prestígio em comunidades pobres, a quem os consegue, a ponto de serem encontrados eletrodomésticos em moradias sem energia elétrica. A escala de prestígio é o indicador mais seguro do que a comunidade deseja.

Trazer desenvolvimento a uma comunidade pobre é aumentar-lhe a renda monetária, com a qual possa adquirir bens e serviços vendidos fora dela. Ora, a única maneira não casual nem ilegal de uma comunidade pobre aumentar o dinheiro que seus membros ganham é vender para fora mercadorias mais caras, em quantidades crescentes, sem que o seu preço caia (ao menos no curto prazo). Encontrar tais mercadorias é portanto condição essencial mas não suficiente para dar partida ao processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento solidário. O desenvolvimento aqui almejado é o da comunidade inteira, não de alguns de seus membros apenas. Por isso, ele não pode ser alcançado pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade inteira, de modo que todos possam ser donos e beneficiar-se da nova riqueza produzida. Não se trata, tampouco, de estimular o "empreendedorismo" pela competição individual, que inevitavelmente traz consigo *a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores.*

Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a sua preferência, um grande número, ou mesmo todos os membros podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares. Porém, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia, etc. – têm de ser coletivos, porque se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não-proprietária.

Portanto, a procura pela especialização produtiva que eleva o rendimento da comunidade não pode prescindir desta condição: os novos ramos produtivos têm de permitir que todos deles participem, como produtores e gestores do processo produtivo. Os que demonstram mais habilidade e maior proficiência devem naturalmente – porque é benéfico a todos – ajudar os que têm menos facilidade para desenvolver essas qualidades. Esses valores têm óbvia justificação ética, mas também prática.

O desenvolvimento comunitário tem de ser financiado com juros generosamente subsidiados e longos períodos de carência; o custo da assistência ao crédito tem de ser coberto por recursos públicos, a fundo perdido, ao menos nas etapas iniciais do desenvolvimento. E seria politicamente inaceitável o Estado subvencionar desse modo o desenvolvimento comunitário, para resultar no eventual enriquecimento de alguns e na submissão dos demais como empregados ou fornecedores dos primeiros.

A brecha de mercado. O desenvolvimento exige, portanto, que a comunidade encontre (com a assistência dos agentes de desenvolvimento) uma brecha de mercado que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione "boa remuneração". Essa brecha pode ser criada mediante: 1. acentuada melhora da qualidade de produtos tradicionais, 2. invenção de produtos novos ou seminovos,

3. detecção de demanda nova ou em forte expansão por algo que a comunidade pode vir a produzir, ou ainda, 4. a aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas (para poder vender os seus produtos mais barato).

Comunidades, principalmente no Nordeste e Norte, desenvolveram carnavais fora de época, festivais religiosos, folguedos tradicionais, etc. que atraem grande número de visitantes, cujos gastos proporcionam o aumento da renda monetária desses centros. Uma vez que esta opção depende apenas de inventividade e capacidade administrativa, ela está sempre disponível, embora em algum momento o crescimento da demanda por esse tipo de peregrinação/turismo deva encontrar seus limites.

Outras comunidades desenvolvem-se à base dos chamados "arranjos produtivos locais" que são muito variados. A maioria dos produtos já tem a produção ou a distribuição concentrada em determinadas localidades, o que torna arriscado tentar criar um novo arranjo produtivo local. Porém, o incessante progresso tecnológico cria novos produtos, alguns com demanda em rápida expansão. São exemplos recentes o celular, o DVD, o patinete, o equipamento para surf, para pesca submarina, para outros esportes de alto risco e assim por diante.

Cabe aos agentes de desenvolvimento (dos quais trataremos adiante) abrir à comunidade o leque de alternativas de desenvolvimento disponíveis e deixar que a comunidade faça sua escolha. Para tanto, é preciso que a comunidade acesse as informações pertinentes para a escolha, o que provavelmente demanda a assistência dos agentes externos. Como a comunidade deve escolher uma entre muitas possibilidades, parece-nos essencial que ela mesma se apodere dos conhecimentos que lhe permitam escolher da forma mais consciente possível.

Talvez não seja recomendável abreviar esta etapa do desenvolvimento, pois nela se dá um aprendizado essencial. Esse aprendizado deve ser de todos, dos mais e dos menos instruídos, das mulheres e dos jovens, dos homens e dos velhos, dos desinibidos que falam bem e dos tímidos que não ousam levantar a voz. Trata-se de aprender como a economia de mercado funciona, ou melhor, de como nós interpretamos o seu funcionamento. E também aprender como se discutem alternativas e tomam-se decisões democraticamente. Esses aprendizados são imprescindíveis para que o desenvolvimento não degenere, com a perda de seu caráter democrático e solidário.

Os agentes de desenvolvimento. O processo de desenvolvimento requer um relacionamento simbiótico entre a comunidade e os

profissionais, a quem denominamos *agentes de desenvolvimento*. Estes representam bancos públicos, serviços públicos (como o SEBRAE ou o SESCOOP), agências de fomento da economia solidária, ligadas à Igreja, sindicatos ou universidades ou então movimentos sociais. A missão inicial dos agentes é levar à parte da comunidade mais esclarecida ou mais inconformada com a situação a consciência de que o desenvolvimento é possível pelo esforço conjunto da comunidade, amparado por crédito assistido e acompanhamento sistemático [incubação].

Essa consciência é levada então ao conjunto da comunidade, o que deve desencadear um processo educativo ou de educação política, econômica e financeira de todos os membros. Trata-se de capacitação adquirida no enfrentamento dos problemas reais, à medida que eles se apresentam. No decorrer do processo, surgem instituições por meio das quais a comunidade se organiza para promover o seu desenvolvimento: assembléia de cidadãos, comissões para diferentes tarefas, empresas individuais, familiares, cooperativas e associações de diferentes naturezas. O poder público local poderá se associar ao processo e fazer-se representar, quando necessário, em comitês mistos público-privados.

A participação do banco ou serviço público na busca da brecha de mercado pode ser essencial, desde que ele possua ou levante as informações relevantes sobre os mercados – locais, regionais, nacionais ou mundiais – cogitados pela comunidade para se especializar. A própria comunidade deve se capacitar no manejo e interpretação das informações, caso contrário ela terá de se conformar com as propostas e recomendações dos agentes de desenvolvimento. O relacionamento entre a comunidade e os agentes deve se tornar crescentemente igualitário, mediante a contínua troca de saberes. Nessa troca, os membros da comunidade recebem ensinamentos e os oferecem aos agentes, num processo de educação política mútua. A experiência das incubadoras universitárias de cooperativas populares atesta que esse tipo de processo é real e é essencial para que o desenvolvimento solidário possa se dar.

Os agentes de desenvolvimento terão de ser preparados para sua tarefa ao mesmo tempo árdua e delicada. O ideal é que a preparação faça-se em equipe, composta de profissionais ligados a diversas entidades. Também aqui a pedagogia da capacitação será possivelmente a mais adequada: treinamento teórico entremeado por idas à comunidade, onde a luta com os problemas reais levantará novos temas a serem destrinchados depois, no estudo teórico.

Conviria criar um centro nacional de preparação de agentes de desenvolvimento, em que os conhecimentos gerados pelas

experiências de desenvolvimento comunitário, nas diversas regiões do país, sejam reunidos e sistematizados. Desse trabalho deverão resultar métodos de promoção de desenvolvimento comunitário, mas sem a pretensão de oferecer um caminho único ou a "melhor prática" pois cada comunidade é única em suas potencialidades. Os métodos devem servir para prevenir erros e enganos e minorar angústias, resultantes de impasses e conflitos, muito comuns no decorrer de transformações sociais de grande amplitude.

A coordenação do desenvolvimento comunitário. O pequeno tamanho da comunidade pobre e o seu relativo isolamento fragilizam suas possibilidades de se desenvolver por meio do próprio esforço (com apoio público). Um centro nacional de preparação de agentes de desenvolvimento poderia promover entrosamento das comunidades com a mesma especialização ou com especializações complementares, fortalecendo-as.

Uma federação de comunidades com a mesma especialização, seja ela agricultura, artesanato, turismo ou o que for, configura o que hoje se conhece como *Arranjo Produtivo Local* (APL), em que desenvolvimento tecnológico, compra de insumos e *marketing* de produtos podem ser feitos em comum. A proximidade geográfica tem sido decisiva para os APLs clássicos, mas com o desenvolvimento da Internet talvez seja possível construir Arranjos com atividades coordenadas à distância. O centro nacional poderia colocar as comunidades, com possibilidades de se federar, em contato e os agentes de desenvolvimento as assistiriam na construção de APLs.

Também comunidades com especializações complementares – tecidos e confecções, produtoras de rações e criadoras de animais, etc. – teriam boas razões para se federar e coordenar esforços de desenvolvimento para o benefício de todas. O centro nacional de preparação poderia criar espaço de negociação para todas as comunidades, tendo em vista constituir uma divisão geográfica de trabalho que compatibilizasse o desenvolvimento conjunto de todas as comunidades.

A organização do desenvolvimento local. Poderia parecer lógico concentrar a atividade da União em prol do desenvolvimento local num único centro. Neste momento, ele é promovido por diferentes Ministérios: de Integração Nacional, de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo, de Segurança Alimentar (CONSADs) e de Desenvolvimento Agrário, pelo menos. Sem falar do SEBRAE, dos bancos públicos, do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES),

do Ministério das Cidades, do Turismo, da Pesca e da Piscicultura e de Minas e Energia.

No interesse da autonomia das comunidades, o desenvolvimento comunitário deveria ser deixado para a iniciativa das autoridades municipais e estaduais. O apoio dos órgãos da União precisaria ser coordenado, para evitar duplicação de esforços e disputas por competências e para centralizar a preparação dos agentes de desenvolvimento e a promoção do entrosamento das comunidades na construção de seu desenvolvimento. Porém, essa coordenação deveria ser feita por um Grupo de Trabalho Interministerial, que preservasse a autonomia dos diversos órgãos em sua ação. Para não perder a riqueza da diversidade de abordagens, o melhor seria que cada comunidade tivesse o apoio dos vários ministérios afinados com suas características e aspirações.

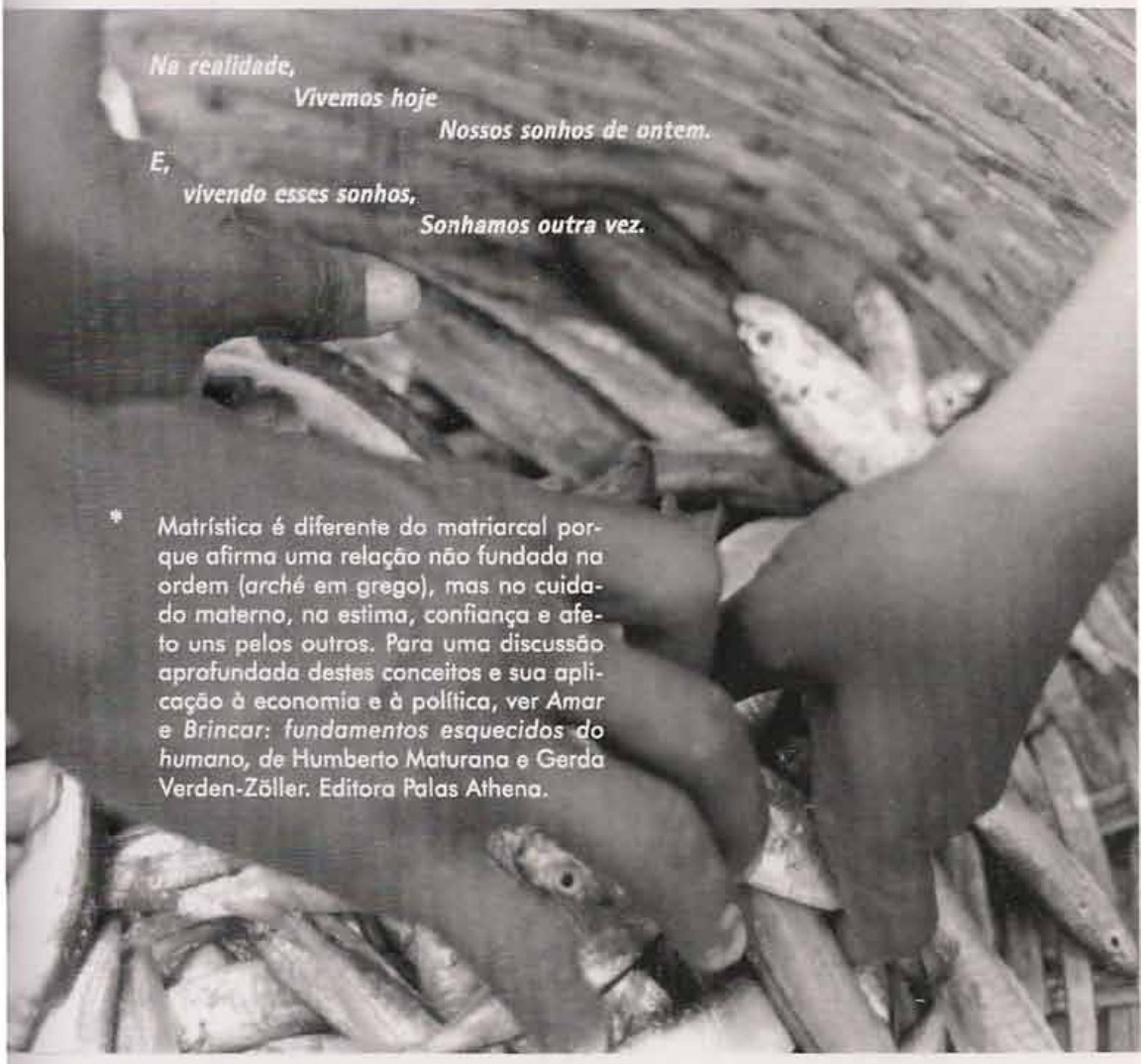
Como foi argumentado acima, o trabalho direto com a comunidade deveria ficar a cargo de Agências de Fomento ou de Movimentos Sociais, que já realizam esse tipo de atividade, têm conhecimentos acumulados e possuem credibilidade. Desenvolvimento comunitário já está acontecendo no Brasil há décadas, portanto não se está partindo do marco zero. A novidade seria a ampliação do apoio federal sistematizado e coordenado, mas sem qualquer intenção de padronizá-lo, pelas razões já aventadas. THOT

TEMÁTICA

MARCOS ARRUDA
Economista e Educador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Rio de Janeiro. É sócio do Instituto Transnacional, com sede em Amsterdã.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O RENASCIMENTO DE UMA SOCIEDADE HUMANA MATRÍSTICA*

A menos que tornemos possível uma outra economia, outro mundo não será possível.



Na realidade,
Vivemos hoje
Nossos sonhos de ontem.
E,
vivendo esses sonhos,
Sonhamos outra vez.

* Matrística é diferente do matriarcal porque afirma uma relação não fundada na ordem (*arché* em grego), mas no cuidado materno, na estima, confiança e afeto uns pelos outros. Para uma discussão aprofundada destes conceitos e sua aplicação à economia e à política, ver *Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano*, de Humberto Maturana e Gerda Verden-Zöller. Editora Palas Athena.

Quero partilhar com vocês a convicção de milhões daqueles que trabalham por uma economia baseada na cooperação e na solidariedade mundo afora que, *a menos que tornemos possível uma outra economia, outro mundo não será possível*. E pensando nas inúmeras possibilidades de mudança gostaria, nesta oportunidade, de tratar de quatro questões que vão enumeradas a seguir:

1) Quais fatores contribuíram para o nascimento e o crescimento de uma economia fundada na solidariedade? Fatores ontológicos e históricos estão na origem do movimento da Economia Solidária (ES). O fator ontológico é o profundo desejo de felicidade, que não pode existir sem auto-respeito, respeito mútuo e laços de amor entre as pessoas. Os fatores históricos incluem dois fracassos. O primeiro é o fracasso do Sistema do Capital de prover a base material para uma existência digna como direito de todos os indivíduos e sociedades. O outro é o fracasso do Estatismo, e de todas as formas de "comunismo" hierárquico, de prover uma alternativa eficaz e viável ao Sistema do Capital. Falemos brevemente de cada um deles.

O Sistema global do Capital está conformado atualmente da seguinte maneira:

- O capital é o sujeito, os trabalhadores são o objeto.
- A competição, a dominação e a submissão são as formas dominantes de relação.
- A apropriação privada é a emoção e a matriz da ação. Os resultados estruturais são a subordinação, a desigualdade, o desemprego e a exclusão.
- O Estado tem o papel de garantir a "liberdade" do mercado e o capital privado como sujeito legítimo, seja por manipulação ideológica, seja por coerção.
- Vigora a democracia virtual, não a real, dado que está reduzida à prática eleitoral com vistas à conquista e à perpetuação do "poder político".
- A matriz cultural é que aqueles que *têm* são os líderes legítimos. Numa palavra, uma cultura do *ter* e de extremo individualismo.

O Estatismo é assim configurado:

- O Estado e o Partido são os sujeitos, a sociedade civil é o objeto.
- A regra é a centralização da propriedade e do controle dos bens produtivos, do poder de decisão, do planejamento e da implementação da atividade econômica. O resultado é a burocratização da vida em sociedade.

- O Estado é o único proprietário e controlador; é o agente patriarcal e hierárquico que garante a obediência civil por meio da coerção.
- A emoção que dá origem a essas relações é o desejo de manter e assegurar o controle dos privilégios apropriados.
- Vigora a democracia virtual, não a real, pois a classe burocrática assegura uma divisão hierárquica das atividades humanas e a estabilidade dos privilégios, com ou sem o uso da força.
- A matriz cultural é que os que *estão* no Estado e o Partido de fato *são* o Estado e o Partido e, portanto, têm o direito de tomar as decisões pelas massas. Numa palavra, é a cultura do aparente coletivismo mascarando a hierarquia e o controle, o pensamento único, a dominação e a submissão.

2) Que visão e objetivos permeiam a idéia e a prática de uma economia solidária? A era do Neoliberalismo está pesada de contradições. A alienação maciça em escala planetária, o desemprego estrutural, a profunda desigualdade e opressão provocadas pelo grande capital têm sido confrontadas por um movimento social sempre mais vigoroso, que começou como *antiglobalização* (crítica, denúncia, pressão por regulações, reformas e políticas públicas democráticas) e desdobrou-se num movimento *alterglobalização*, cuja palavra de ordem é a mesma do Fórum Social Mundial: *outro mundo é possível, outra globalização é possível!*

Nesse clima adverso, vemos emergir diversas formas de **Economia Popular** como alternativa ao desemprego e à exclusão, voltada para a mera subsistência por meio de um emprego e alguma renda. Mas assistimos também emergirem outras tantas formas de **Economia Solidária** como uma nova proposta de organizar a economia e a sociedade em torno à convicção de que *Outra Socioeconomia Global é possível, outro Ser Humano é possível!* Caso seja visada a superação da alienação por meio do autodesenvolvimento holístico, individual e coletivo.

Examinemos mais atentamente a visão de uma Economia Solidária. Para alguns, ela é apenas um meio para compensar o desemprego e a exclusão gerados pela economia centrada no lucro. Para um número crescente de ativistas, de pensadores e de políticos, porém, ela é também a base para uma nova forma de organização da vida econômica, da escala local à global: é a atividade econômica organizada para servir ao seu objetivo maior, que é o autodesenvolvimento pessoal e coletivo seguro e sustentável. Isso implica a partilha da satisfação das necessidades e desejos e a co-gestão das casas em que

o povo habita em comum – o lar, o bairro, o município, o ecossistema, o país, o planeta.

A Economia Solidária, em suma, é uma forma ética, recíproca e cooperativa de consumir, produzir, intercambiar, financiar, comunicar, educar, desenvolver-se, que promove um novo modo de pensar e de viver. Busca configurar-se da seguinte maneira:

- A sociedade civil, especialmente o mundo do trabalho, empodera-se para ser os sujeitos da sua vida e do seu próprio desenvolvimento. O Estado, o capital, o desenvolvimento econômico e tecnológico são concebidos como meios para viabilizar o desenvolvimento humano e social.
- *A colaboração solidária* é a forma predominante de relação social.
- A partilha e a co-participação na produção, distribuição e consumo são a emoção e a matriz da ação.
- O Estado democrático é um projeto comum, cujo papel é promover um sistema de convivialidade (termo criado pelo teólogo e crítico social Ivan Illich, que o define como "a liberdade individual realizada dentro do processo de produção, no seio de uma sociedade equipada com ferramentas eficazes") baseado na cooperação, respeito mútuo e pleno desenvolvimento de cada um e de todos: cidadãs, cidadãos e comunidades.
- A democracia é realizada como uma construção de um sistema humano e social, um espaço socioeconômico, mental e psíquico de partilha, de respeito mútuo, de cooperação e de co-participação.
- A matriz cultural é que cada um e todos os que *trabalham* – o *indivíduo social* – são os líderes legítimos e, portanto, compartilham o poder e a responsabilidade pela tomada das decisões. Numa palavra, é uma cultura do individualismo social ou do personalismo coletivo, ou do socialismo individual.

3) Que estratégia é possível visualizar para o desenvolvimento de uma Economia Solidária em escala global?
Visualizo três momentos do desenvolvimento de uma Economia Solidária.

O primeiro momento é o de expansão da Socioeconomia Solidária em ambiente nacional e global desfavorável.
Empresas e cooperativas solidárias, sob a atual hegemonia do neoliberalismo, desenvolvem uma estratégia em três frentes: (1) competem no mercado capitalista, procurando ao mesmo tempo superar o modo patriarcal de relação, baseado no poder como competição,

dominação e submissão; (2) desenvolvem redes, cadeias produtivas e mercados de colaboração solidária nos quais a cooperação e a solidariedade podem ser sempre mais plenamente praticadas; e (3) participam das redes nacionais e globais que lutam por regulações e controles sobre o capital, e por políticas públicas e direitos democráticos favoráveis à maioria trabalhadora.

Nas redes solidárias, a força motriz deixa de ser a motivação do lucro, que é substituída pela busca da satisfação das necessidades consideradas como prioridade pela maioria; o conceito de riqueza abrange a riqueza material, emocional, mental e espiritual – o *ter* passa a ser visto como meio para o *ser* e o *fazer*; e a competição cede lugar à cooperação na diversidade e no respeito mútuo.

Três tarefas são cruciais no processo de autodesenvolvimento solidário: (1) aumentar e diversificar o número de iniciativas associativas e os setores que elas cobrem; (2) criar *sinapses* solidárias entre elas, isto é, interconexões econômicas, comerciais e financeiras baseadas nos valores matrísticos do cuidado mútuo, da colaboração, da reciprocidade, do respeito próprio e pelo outro; e (3) introduzir a cooperação e a solidariedade como elementos estruturais da educação das crianças, jovens e adultos no sistema escolar e nas redes solidárias.

O segundo momento é aquele em que prevalece uma Socioeconomia Mista. Gradualmente, à medida que se desenvolvem local, nacional e internacionalmente, essas redes começam a constituir um novo sistema e uma nova cultura, que floresce no interior do velho sistema e da velha cultura. A mudança cultural caracteriza-se por uma mudança no fluxo da linguagem e no fluxo das emoções, que constituem o modo de inter-relação entre os membros de uma comunidade, e que passa a ser conservado e transmitido de uma geração para outra. Incorpora um conjunto de valores que inspiram atitudes, comportamentos, aspirações e modos de relação.

A *cultura patriarcal* desenvolveu-se na história, primeiro como apropriação ou privatização de recursos e bens comuns (privar outros do acesso normal a algo que é legitimamente seu), segundo como poder de dominar e impor obediência (negação de si e do outro a fim de possuir alguma coisa), e terceiro como hierarquia e autoridade (negação do outro e de si tornada aceitável por argumentos racionais, abstratos ou transcendentes). A *cultura matrística* desabrochou na história com base no cuidado, confiança total, respeito mútuo e colaboração solidária que marcaram a convivialidade dos nossos primeiros ancestrais e marcam a relação criança-mãe em nossa infância.

Traduzida para as relações econômicas e políticas, a cultura matrística promove a democracia nessas áreas ao introduzir os conceitos de cooperação, partilha e co-participação, como partes condicionantes das emoções fundamentais que inspiram a ação de superar a escassez, na forma de distribuição participativa em vez de apropriação e centralização. Este é o momento que pode ser chamado de uma Socioeconomia Mista, no qual dois modos diferentes de produção co-existem, um informado pela cultura patriarcal, o outro pela cultura matrística.

O terceiro momento é o de uma Socioeconomia Solidária Local-Global. Uma cultura neomatrística pode tornar-se hegemônica ao conservar os resultados positivos das interações dos agentes socioeconômicos que estejam baseados na cooperação, partilha e co-participação. O meio para realizar isso é a criação de uma práxis educativa capaz de despertar, nas pessoas e comunidades, um desejo profundo de conquistarem formas de co-existência que relevem o cuidado mútuo e a emancipação de todos os medos nas várias fases da vida humana: infância, adulta, madura, etc. Isso inclui o estabelecimento concreto de uma igualdade colaborativa nas relações socioeconômicas, assim como nas relações homem-mulher e ser humano-Natureza.

Igualdade colaborativa quer dizer compartilhar a abundância coletiva de acordo com as necessidades e desejos, em vez da apropriação privada e da escassez crônica. Essa igualdade colaborativa é o único ambiente capaz de gerar o espaço psíquico que torna homens e mulheres de todas as idades e ocupações colaboradores na igualdade, na convivência que constitui a vida social. Se conseguirmos tornar essas redes socioeconômicas de colaboração solidária uma realidade viva, elas podem tornar-se suficientemente fortes para operar uma mudança cultural de enorme magnitude e conseqüências para a história humana: o nascimento de uma economia e de uma cultura neomatrísticas, agora transformadas num *ethos* planetário.

4) Com que desafios estamos nos confrontando ao realizar essa construção na América Latina?

4.1. Governos pseudo-socialistas têm optado pelo padrão político-econômico de acumulação neoliberal ou populista, e são responsáveis pela perda de credibilidade das propostas alternativas e dos

modos genuinamente democráticos de governo. *O primeiro desafio será descobrir a forma como podem os movimentos sociais garantir que os partidos socialistas que eles elegem mantenham-se leais ao seu compromisso programático com a mudança social.*

4.2. Os movimentos sociais estão se fortalecendo e se organizando sempre melhor na Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela e noutras partes do continente. Mas os povos da América Latina ainda não compreenderam que o desafio é que eles se empoderem para se tornar o sujeito do seu próprio desenvolvimento individual e coletivo, reduzindo sempre mais sua dependência das instituições do Estado e do capital. Eles são a força que pode constituir as instituições democráticas do Estado (local, nacional e global) a fim de facilitar o empoderamento e o desenvolvimento da sociedade civil em harmonia dinâmica com o resto da Natureza. *O desafio aqui é saber como podem os movimentos sociais e governos democráticos desempenhar um papel mais efetivo de promover a consciência e o empoderamento das bases trabalhadoras – as mulheres, as minorias étnicas e outras, os empregados, os marginalizados, os excluídos, a terceira idade, etc.*

4.3. As práticas solidárias inovadoras estão se multiplicando no continente: cooperativas rurais e urbanas constituídas por famílias ou por grupos indígenas que trabalham solidariamente (México, Equador, Brasil); agências de finanças e microcrédito solidários (Bolívia, México, Peru, Brasil); mercados de trocas solidárias (de troca direta ou usando moeda comunitária: Argentina, Colômbia, México, Brasil); cooperativas de eco-consumo (Uruguai, Argentina, México, Brasil); ecovilas que adotam a permacultura[1] e a autogestão solidária como bases da atividade socioeconômica (Brasil); redes de comércio justo (em todo o continente); educação cooperativa (Venezuela, Colômbia, Argentina, Brasil); e agências e políticas públicas dedicadas à promoção da Economia Solidária (Colômbia, Equador, Brasil, México, Argentina). *Neste caso, o desafio é descobrir a forma como podemos compartilhar e tornar coletivo o conhecimento sobre seus sucessos e seus erros, como base para o progresso qualitativo na construção de uma Socioeconomia Solidária.*

4.4. Entretanto, as práticas inovadoras no plano micro só podem ser viáveis e efetivas para a mudança estrutural das relações sociais se se entrelaçam para tornarem sempre mais amplas as redes de colaboração e cadeias solidárias de produção-finanças-distribuição-consumo-educação-comunicação. *Este é um desafio importante para os movi-*

mentos de economia solidária da América Latina. E a questão é como respondem a ele os participantes dessas redes em cada país?

4.5. Outro desafio é o estabelecimento de um esforço sistemático para expandir as redes em âmbito nacional e global, de modo a alcançar todos os setores da sociedade sensíveis às práticas democráticas de colaboração solidária – sindicatos, movimentos sociais, associações profissionais, igrejas e alianças ecumênicas, governos democráticos, etc. *Trata-se aqui de deixar claro como respondem a essa demanda os participantes dessas redes em cada país.*

4.6. Finalmente, um desafio fundamental é o de suplantar a cultura que promove o consumismo e a dependência em relação ao Estado, aos padrões técnicos dominantes e ao mercado financeiro. Um processo integral de educação para a autodeterminação, a autogestão solidária e a co-gestão é urgente, associado à conscientização sobre nossa profunda aspiração interior pela liberdade e pelo respeito mútuo como bases para uma convivialidade gratificante e sustentável. *Ou seja, como realizar a mudança cultural que recupera a nossa aspiração profunda por uma vida de auto-estima, respeito mútuo e solidariedade consciente, tornando-as prática diária na vida das nossas famílias, comunidades, empresas e redes?* THOT

Nota

1. Permacultura – Agricultura permanente. É uma síntese das práticas agrícolas tradicionais com idéias inovadoras. Unindo o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna, proporciona o desenvolvimento integrado da propriedade rural de maneira viável e segura para o agricultor familiar. O projeto permacultural envolve o planejamento, a implantação e a manutenção conscientes de ecossistemas produtivos que tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais. Ele resulta na integração harmoniosa entre as pessoas e a paisagem, provendo alimentação, energia e habitação, entre outras necessidades materiais e não-materiais, de modo sustentável.

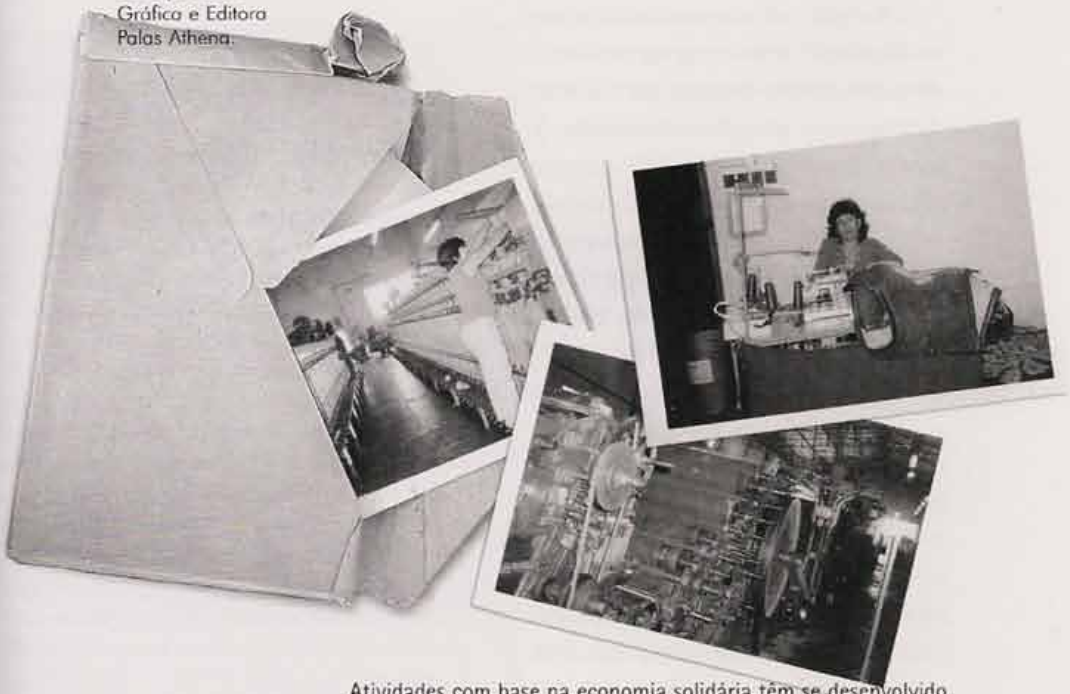
Palestra proferida no IV Fórum Social Mundial – Painel "Por uma Economia do Povo: Realidades e Estratégias do Local ao Global" – Mumbai, Índia, 20.1.2004.

TEMÁTICA

ANTONIO CARLOS OLIVIERI
Jornalista e escritor, é diretor da Página 3 – Assessoria de Comunicação, empresa que presta serviços de assessoria de imprensa à Gráfica e Editora Palas Athena.

A SOLIDARIEDADE EM AÇÃO

REPORTAGEM DE ANTONIO CARLOS OLIVIERI



Atividades com base na economia solidária têm se desenvolvido em todo o Brasil e numa escala relevante: no âmbito do cooperativismo, por exemplo, há cerca de 7.500 associações em funcionamento, segundo a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Na reportagem que segue, a Thot apresenta um breve panorama de algumas experiências muito significativas.

"A Unisol Cooperativas tem como missão promover e organizar cooperativas autênticas e democráticas, objetivando a inclusão social, política e econômica dos trabalhadores", diz a faixa afixada na sala que sedia essa Central de Cooperativas, no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP). Ou, em outras palavras, "damos o acompanhamento aos trabalhadores, ensinando como pegar uma fábrica falida e transformá-la numa cooperativa", diz Vanderléa Lima Sena, assessora técnica da entidade.

A Unisol – relata Vanderléa – foi fundada em 2000 para agregar e dar apoio a cerca de duas dezenas de cooperativas que surgiram no

ABC paulista ao final da década de 1980. Na época, a crise econômica semeava concordatas e falências na região e o desemprego começava a se transformar num dos principais problemas do país. As cooperativas eram uma alternativa imediata ao desemprego de milhares de trabalhadores e, ao mesmo tempo, ao modelo tradicional de gestão empresarial, centralizado nas mãos dos proprietários ou de seus prepostos e tendo na lucratividade sua meta principal.

De fato, as cooperativas apresentam-se como uma experiência de organização democrática e solidária para a geração de trabalho e renda. É para torná-las viáveis que a Unisol atua, em conjunto com a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. A Unisol orienta os "cooperativandos" na elaboração de um estatuto ("cumprível", frisa Vanderléa) que tem como base a autogestão. Os associados reúnem-se mensalmente em assembléias para a tomada de decisões essenciais, como as relativas a investimentos. As decisões ligadas ao funcionamento cotidiano da empresa ficam por conta de uma diretoria eleita por essa assembléia.

Vanderléa aponta a mudança de cultura entre os trabalhadores como uma das partes mais difíceis do trabalho. "Não é simples as pessoas encararem a empresa como 'nós', como algo de que todos fazem parte", ela diz, alertando ainda para o fato de que, para a Unisol, a cooperativa ideal é um projeto que deve reunir cerca de 250 pessoas. "A prática comprova que não funcionam, nos princípios autogestionários, as cooperativas com mais de 1000 membros", conclui.

As entidades congregadas na Unisol são cooperativas de produção, dos setores metalúrgico,

SENAC SÃO PAULO TAMBÉM

Em fevereiro de 2004, o Senac São Paulo começou a desenvolver o Projeto Empório Social, com o objetivo de capacitar representantes de 20 organizações de base comunitária para a criação de empreendimentos solidários. Captação de recursos, marketing, plano de negócios, planejamento estratégico e gestão são alguns dos temas abordados nas oficinas do programa, que têm como foco o desenvolvimento de produtos para serem comercializados. Os participantes estão trabalhando em quatro grupos temáticos, que pesquisam e criam produtos de moda (vestuário), patchwork, alimentação e design de objetos em papel reciclado. Lourdes Alves de Souza, coordenadora do projeto, concedeu a seguinte entrevista à Thot:

Thot: Por que o Senac resolveu desenvolver um projeto ligado a empreendimentos de economia solidária?

Lourdes: Há mais de 30 anos, o Senac São Paulo desenvolve atividades voltadas para a capacitação profissional e geração de renda das populações economicamente desfavorecidas. Na segunda metade da década de 1990, a entidade inovou a sua forma de estar nas comunidades, elegendo como público-alvo as organizações da sociedade civil, principalmente as de base comunitária, com o propósito explícito de fortalecê-las e de transferir tecnologia educacional. Fomentar empreendimentos solidários é uma das principais formas de atuação do Senac São Paulo para contribuir com o fortalecimento de organizações sociais, uma vez que, em nossa visão, é função da sociedade civil organizada contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, e consideramos ainda que o terceiro setor tem papel fundamental nesse processo.

Thot: Como foi o andamento do projeto Empório Social?

Lourdes: Resumidamente, o Empório Social surgiu de duas práticas: primeiro, da capacitação em

habitacional, plástico, de confecção e têxtil. A reportagem da **Thot** visitou uma delas, a TêxtilCooper – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Fiação, Tecelagem e Confecção –, em Santo André, cujo histórico e situação atual permitem formar uma idéia desse tipo de experiência de economia solidária no ABC paulista.

Da concordata à cooperação. Loide da Silva Veiga, presidente e coordenadora de vendas da TêxtilCooper, resume a história dessa cooperativa especializada na produção de cobertores e mantas (que em função dos invernos amenos dos últimos anos começou a produzir também colchas de algodão). Segundo Loide, a TêxtilCooper originou-se da Randi Indústria Têxtil, estabelecida em Santo André em 1948. De propriedade de seu fundador, Hélio Randi, a empresa começou pequena, cresceu, firmou-se e ganhou mercado, até a morte de seu proprietário, em 1984.

A partir daí, a situação desandou, devido a dificuldades da administração familiar, conjugadas à crise econômica e reestruturação industrial dos anos 1980, até a firma entrar em concordata, em 1995. A empresa conseguiu sair dessa situação dois anos depois, mas se manteve numa situação precária, que tinha em seus funcionários os maiores prejudicados, com atrasos no pagamento dos salários, pagamentos "em espécie" e dívidas com o INSS.

Em janeiro de 2001, com o apoio da Unisol, os empregados negociaram com os proprietários o arrendamento do prédio e das máquinas da fábrica para, em abril, estabelecerem-se como cooperati-

PROMOVE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

educação profissional nas atividades que possam gerar renda para pessoas economicamente desfavorecidas; segundo, do Projeto Moda na Comunidade, que objetivou a capacitação de multiplicadores de organizações sociais para a melhoria da qualidade dos seus produtos. A junção dessas duas experiências nos faz avançar para o que chamamos de Empório Social, que tem por objetivo fomentar a criação de empreendimentos solidários em organizações da sociedade civil que contribuam com sua sustentabilidade e para a geração de renda de suas comunidades, por meio da capacitação, assessoria e comercialização de produtos e prestação de serviços, visando o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Thot: Qual foi o grande desafio do projeto?

Lourdes: O Projeto teve como desafio a capacitação de multiplicadores de organizações de base comunitária, com o compromisso de multiplicar o conhecimento na comunidade e estimular um grupo a empreender um negócio no segmento. O compromisso da organização era incubar esse empreendimento, dando suporte de estrutura para produzir e representação política e jurídica para iniciar o negócio e, por último, ter finalidades de gerar renda para as pessoas da comunidade e/ou gerar receita para as organizações a fim de que isto contribua com a sua sustentabilidade.

Thot: O que os participantes do projeto pretendem fazer após a capacitação?

Lourdes: Todos estão em processo de capacitação, o que significa dizer que estão desenvolvendo competências, do ponto de vista técnico, de gestão do negócio e sobretudo de trabalhar baseado nos princípios e valores da economia solidária. Creio não ser pretensioso dizer que todos, sem exceção, estão construindo um conhecimento que pode vir a ser um paradigma de desenvolvimento do capital humano, social e de crescimento econômico.

va. Hoje, a TêxtilCooper já atingiu seu ponto de equilíbrio financeiro, garantindo emprego e renda para 59 cooperados e mais 20 contratados celetistas (que podem se tornar cooperados). Loide confirma o diagnóstico de Vanderléa quanto à mudança de cultura: "Estávamos acostumados a ser comandados e apanhamos muito para ter consciência de que somos empresários".

Operária/executiva, Loide relata os problemas com a falta de inverno nos últimos anos para uma empresa de produtos sazonais. Entre as empresas para quem a TêxtilCooper fornece colchas, cobertores e mantas, ela cita duas bastante conhecidas no mercado: a Zêlo e as Casas Pernambucanas, ressaltando a preocupação dos cooperados com a qualidade de seus produtos.

A imaginação ao poder. As cooperativas de produção, as comerciais e principalmente as de crédito, assim como o intercâmbio entre cooperativas, têm protagonizado várias experiências de economia solidária no Brasil dos últimos quinze anos. Uma das mais originais talvez seja a do Banco Palmas, uma cooperativa de crédito ou banco popular, fundado em 1998 no Conjunto Palmeira, um bairro pobre de Fortaleza (CE), com trinta mil habitantes e renda familiar abaixo de dois salários mínimos, de acordo com relatório produzido por João Joaquim e Sandra Magalhães, da equipe de coordenação do projeto.

Administrado e gerenciado pelos líderes comunitários, o Banco Palmas foi criado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras para enfrentar a pobreza do local, com uma filosofia voltada à criação de uma rede de solidariedade de produção e consumo no bairro. O banco possui uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio) no Conjunto e outra que financia quem quer comprar de seus produtores e comerciantes.

Com isso, incentiva a produção e facilita a comercialização dos produtos da comunidade, fazendo a renda circular no próprio bairro e promovendo seu crescimento econômico, uma estratégia que objetiva criar um círculo virtuoso. "Quando o João, pequeno artesão que produz sapatos, vende sua mercadoria, está conseguindo recursos financeiros para poder comprar os doces da Maria e esta, as confecções da costureira, que por sua vez corta o cabelo no salão do Paulo e assim por diante", explicam os coordenadores em seu relatório.

Para financiar o consumo, o banco criou um cartão de crédito popular, o *Palmacard*, utilizado somente no Conjunto Palmeira. Ele permite às famílias da comunidade comprar em qualquer comércio cadastrado do bairro e pagar ao Palmas após trinta dias, em data estabelecida pela própria família. No dia estipulado pelo banco, por

sua vez, os comerciantes levam suas faturas ao banco e recebem tudo que venderam por meio do *Palmacard*, com um desconto de 3% da taxa de administração.

Os produtores/comerciantes beneficiados pelo sistema reúnem-se em assembléias mensais para avaliar o funcionamento do cartão, apresentar sugestões, e também contribuem com trabalho voluntário para as ações sociais da Associação de Moradores, como limpeza e preservação de praças, acompanhamento às escolas e postos de saúde, entre outros. A consciência de que consumir produtos e serviços do bairro ajudam a distribuir renda, gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida da comunidade, permitiu ao banco criar outros instrumentos de comércio solidário, como as feiras semanais dos produtores e uma loja solidária, que funciona na sede do banco, expondo e vendendo os produtos fabricados no bairro.

O Banco Palmas também apóia a criação de empresas comunitárias que têm se multiplicado. Atualmente, já estão em atividade a *Palmafashion*, empresa de confecção, a *Palmart*, de artesanato, a *Palmalimpe*, de materiais de limpeza, além de um Laboratório de Agricultura Urbana, que ensina as famílias a plantar hortaliças e ervas medicinais, bem como a criar peixes em cativeiro nos quintais de suas residências, para posterior comercialização. O banco também mantém uma Escola de Socioeconomia Solidária, que capacita os pequenos empreendimentos locais e trabalha junto aos moradores para a criação de uma cultura solidária, organizando ainda um clube de trocas, que funciona com moeda própria, os *Palmares* e os *Palmeirins*.

A política de crédito do Banco Palmas é pautada pelo controle social. "Quando um morador chega ao banco para solicitar um empréstimo", explicam os coordenadores, "ele é informado das regras de funcionamento da rede de solidariedade e não precisa apresentar nenhum documento ou garantia". Ou seja, o banco não pede fiador nem faz consultas ao SPC ou ao SERASA. "Uma analista de crédito visita a família do solicitante e conversa com os vizinhos. É o depoimento da vizinhança que vai servir de aval para o futuro cliente." "Resgatar na prática socioeconômica o valor da confiança, do amor ao próximo e da paixão pela vida é a perspectiva filosófica do Banco Palmas", concluem Sandra e Joaquim.

Desenvolvimento sustentável. As experiências de economia solidária não se limitam às áreas metropolitanas e têm acontecido também nas zonas rurais. Um exemplo bem sucedido é o da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB), na região sisaleira do Estado da Bahia. A associação foi fundada em

1980 como resultado dos trabalhos de Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Seu objetivo é promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural da região sisaleira.

A APAEB desenvolve várias atividades, destacando-se a produção de tapetes de sisal. Até a fundação da entidade, o produto era pouco valorizado e o produtor, vítima dos atravessadores, que impunham o preço que queriam. A indústria foi construída com recursos do Banco do Nordeste, do Disop, uma instituição ligada ao governo da Bélgica, e da InterAmerican Foundation, dos Estados Unidos. Possui modernos teares que produzem dezenas de toneladas de tapetes e carpetes por ano. Todos os equipamentos foram importados da Holanda, país com maior tradição na fabricação de equipamentos desse tipo.

Além da produção e beneficiamento do sisal, a APAEB também mantém a Escola Família Agrícola, que cuida da educação dos filhos de pequenos agricultores, bem como funciona como um laboratório que pesquisa as atividades que podem ser desenvolvidas no semiárido. Possui ainda uma miniusina de laticínios e um curtume, que garante melhor aproveitamento do gado caprino e ovino, característico da região. Para oferecer crédito ao pequeno agricultor, desprezado pelas instituições bancárias, a Associação abriu a Coopere – Cooperativa Valentense de Crédito Rural.

Economia e coração. É interessante observar que as experiências solidárias, surgidas com o objetivo imediato de gerar trabalho e renda, acabaram conduzindo às ações educativas tanto no âmbito da capacitação profissional como na formação dos filhos dos cooperados, como se pôde ver no caso do Banco Palmas e da APAEB. No entanto, o caminho inverso também ocorre com freqüência, como no caso da Associação Comunitária Monte Azul.

A Associação, fundada em 1979 pelos moradores da favela paulistana que lhe dá o nome, organizou-se a partir do trabalho da pedagoga Ute Craemer, que abriu as portas de sua casa para receber crianças faveladas em tardes recreativas. Por meio do relacionamento com as crianças da favela, Ute conheceu suas famílias e passou a organizar reuniões entre os pais para discutir e procurar soluções conjuntas para seus problemas.

As carências sociais mais urgentes eram educação e saúde. Por isso, foram construídos, num mutirão dos moradores, uma escola para crianças e jovens e um ambulatório médico. Daí para frente, a presença da Associação na favela cresceu continuadamente e, a partir de 1983, expandiu-se para mais duas comunidades: a favela

Peinha e o bairro carente Horizonte Azul. Atualmente, a Associação Monte Azul também produz brinquedos educativos, bonecos de pano, papel reciclado, móveis reciclados e infantis. Toda a renda obtida com a comercialização dos produtos é revertida para os projetos sociais da Associação.

Em depoimento para o Comitê Paulista para a Década da Cultura da Paz, na Faculdade de Saúde Pública da USP, em 30 de abril de 2002, Ute Craemer fez questão de abordar um aspecto de seu trabalho, ligado à diminuição da violência nas favelas onde atua. A educadora lembra que uma cultura de paz e solidariedade constrói-se na mente das pessoas, mas enfatiza o papel que o coração tem nessa obra:

> A paz constrói-se na mente das pessoas, mas também no coração. Isso parece evidente. Mas é preciso haver uma consciência maior de que o ser humano não tem só uma compreensão, ele não é mente apenas, ele não é só pensar. Para poder agir, ele tem que sentir e desenvolver uma cultura do coração, uma educação do coração.

As palavras de Ute, da Monte Azul, fazem eco às de Joaquim e Sandra, do Banco Palmas, e deixam claro que a solidariedade é inequivocamente uma experiência que envolve amor, confiança e paixão, sentimentos freqüentemente menosprezados no âmbito econômico e transformados em figura de retórica nas utopias prometidas pelos discursos dos políticos. THOT

Saiba mais sobre Economia Solidária nos sites:

www.ads.org.br – A Agência de Desenvolvimento Solidário é uma organização de fomento à Economia Solidária e ao Desenvolvimento Local constituída e coordenada pela Central Única dos Trabalhadores.

www.anteag.org.br – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão.

www.apaeb.com.br – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Entidade que visa promover a melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural da região sisaleira.

www.caritasbrasileira.org – Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta de 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma.

www.cooperando.org.br – Cooperando – Instituto para a Cooperação. Está voltado para o desenvolvimento da cooperação na Educação, no Trabalho e no mundo Social, procurando repensar as práticas pedagógicas, as organizações administrativas e as relações de trabalho.

www.economiasolidaria.net – Espaço de estudo, leitura, reflexão e intercâmbio de experiências e notícias sobre economia solidária.

www.ecosol.org.br – Site mantido por quatro instituições do RS visando promover e facilitar a comunicação entre os agentes envolvidos na Economia Popular Solidária.

www.fase.org.br – FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional criada em 1961 com a proposta de

congregar entidades isoladas, inter-relacionando-as em prol do bem-estar comum.

www.ibase.org.br – O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas é uma entidade sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e não-partidária. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

www.monteazul.org.br – A causa da Associação Comunitária Monte Azul é o desenvolvimento integral do ser humano; por isso atua em educação, saúde, cultura e meio ambiente.

ww.pacs.org.br – O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, com sede no Rio de Janeiro, dedica-se ao desenvolvimento solidário e trabalha com pesquisa socioecônomica e educação.

www.portaldovoluntario.org.br – Lançado em dezembro de 2000, o Portal do Voluntário é um site com conteúdos, experiências e oportunidades de ação voluntária.

www.redesolidaria.com.br – O projeto visa apoiar a implantação de Redes de Colaboração Solidária Locais, com a perspectiva de promover movimentos sucessivos de agregação e de constituição de redes de maior abrangência (regionais e internacionais).

www.unisol.org.br – O Programa Universidade Solidária – UNISOL mobiliza universitários, setores da sociedade civil e do Estado, para o trabalho comunitário em todo o País. Ferramenta importante para a formação cidadã de futuros profissionais, o programa soma-se às atividades de extensão das universidades, incentivando a responsabilidade social e estimulando a criatividade e a liderança jovem.

LIVRE

MARIA CÂNDIDA MORAES
Doutora em Educação pela PUC/SP e mestre em Ciências pelo Instituto de Pesquisas Espaciais, INPE/CNPq. Professora do Progr. de Pós-Graduação em Educação da PUC/SP. Publicou os livros: *O Paradigma educacional emergente*, em sua 10ª edição, e *Educar na biologia do amor e da solidariedade* (Editora Vozes, 2003). E-mail: mcmoraes@terra.com.br

TEORIA E PRÁTICA EM HOLOMOVIMENTO[1]

A Banda de Moebius, como metáfora, ajuda a traduzir melhor a idéia da passagem da teoria para a prática e da prática para a teoria.

A relação teoria/prática evoca, como metáfora, a imagem do anel de Moebius que inspirou M.C. Escher a representá-lo como no desenho acima. Ela constitui uma boa metáfora do movimento recursivo do chamado efeito Moebius, nome do famoso matemático que, ao redor do século 19, descobriu como a linearidade pode às vezes nos enganar.

A Banda de Moebius, como metáfora, ajuda a traduzir melhor a idéia da passagem da teoria para a prática e da prática para a teoria, na maestria do professor, indicando que teoria e prática integram uma totalidade, participam de uma mesma espiral do conhecimento docente e que, de modo recursivo, ambas vão entrelaçando-se na "tela" mental criada pelo nosso cérebro; uma retornando sua ação sobre a outra numa espécie de dança recursiva e vertiginosa do pensamento e da ação. É a expressão de uma continuidade indefinida em que não sabemos onde uma começa e a outra termina. Traduz a

inseparabilidade entre o sentir, o pensar e o agir, entre sujeito e objeto, entre o movimento interior e o exterior, entre o implícito e o explícito, representando a dança infinita do pensamento, do conhecimento e da ação.

Revela uma teoria que se desdobra na prática e uma prática "grávida" de teoria, que enriquece e ilumina novamente a prática e que, em seu contínuo movimento, volta a ressignificar a teoria... uma complementando a outra, uma dialogando com a outra. A teoria funciona como uma lente que permite a leitura da experiência e esta, por sua vez, ajuda a dar sentido e a formular hipóteses interpretativas da realidade. É a teoria que se desdobra e se revela na prática, que se alimenta e se recolhe dentro de uma teoria mais ampla, mais profunda e mais abrangente. Esta, por sua vez, desdobra-se novamente, revelando-se, tornando-se presente numa prática renovada ou ressignificada.

Essa dança interminável entre teoria e prática, esta alternância entre idéias, pensamentos e ações, entre o sentir, o pensar, o agir e o refletir, de certa forma representaria, em pequena escala, o movimento do Universo, o *holomovimento* de David Böhm (1992), a dança interminável do sentimento, do pensamento e da ação, assim como o movimento contínuo das marés, do mar de pensamentos, sentimentos e conhecimentos, que existe dentro de cada um de nós, dentro de nossa ordem implicada.

Teoria e prática implicam-se mutuamente e necessitam dialogar constantemente. A palavra diálogo, para David Böhm (2001), sugere a *existência de uma corrente de significados que flui entre, dentre e através dos implicados* (pág. 30). Uma corrente de significados flui no seio de um grupo, de uma relação entre duas pessoas ou do próprio indivíduo consigo mesmo.

No caso entre teoria e prática, também deveria existir uma corrente de significados fluindo na direção de uma para a outra e, nesta fruição, os processos de aprendizagem emergem, algo novo surge em relação ao conhecimento anterior. É uma corrente de significados que flui, deixando emergir algo significativo e criativo que não estava presente no início do movimento.

O diálogo entre teoria e prática revela que uma dimensão não é mais importante do que a outra, que uma não deve predominar em sua relação com a outra, a fim de que ambas possam nutrir-se mutuamente e, ao final do processo, o aprendiz possa sair ganhando. O diálogo entre teoria e prática faz com que a teoria penetre na prática e a transforme. E para que o processo possa revelar-se nutridor para

ambas, o diálogo entre teoria e prática exige sensibilidade, atenção dos indivíduos em relação ao que está ocorrendo, já que muitas vezes o que acontece na prática é filtrado pelos nossos pensamentos, que muitas vezes não querem ver aquilo que incomoda.

Assim, em um processo de construção do conhecimento, se observarmos com atenção, podemos perceber a existência de uma certa alternância no movimento entre teoria e prática, entre os esquemas teóricos dos professores e o que acontece na sua prática docente.

Os fundamentos teóricos e a prática docente são dois processos enredados, entranhados, coniventes um com o outro, cuja regulação exige simultaneamente antecipação, ajustamento contínuo à situação e, quando necessário, revisão das estratégias utilizadas ou, então, mudança do enfoque teórico utilizado.

Na ação desenvolvida pelo docente existe um conhecimento implícito ou explícito, uma teoria implícita que se explicita, já que toda ação certamente envolve um conhecimento tácito e implícito, difícil de ser formulado verbalmente. Muitas vezes, não paramos para pensar sobre a sua existência, ou deixamos de prestar atenção à existência ou não de algum fundamento teórico em nossa prática pedagógica. Na realidade, há um conhecimento tácito que se explicita na prática e que, por sua vez, demonstra a existência de um conhecimento internalizado, muitas vezes difícil de verbalizar, que resulta de conhecimentos memorizados, pré-existentes; um conhecimento em rede – que expressa o entrelaçamento de sentimentos, emoções, desejos e afetos – ou um produto da fruição dos pensamentos que fazem parte da totalidade humana. E um ser humano, com toda a sua inteireza, que explicita o conhecimento teórico por meio da prática revelada nas ações e nas múltiplas conversações que o professor, ou que o sujeito *aprendente*, estabelece consigo mesmo, com os outros, com a cultura e o contexto.

Na realidade, dentro de cada um de nós existe um conjunto de informações que revela a nossa história de vida, da mesma forma que revela uma prática docente pré-configurada antes mesmo que o professor se coloque frente a frente com os alunos. Para Sacristán (1998), esta prática prefigurada existe porque se supõe a existência de um conjunto de nós que, historicamente, vão se juntando. Entretanto, o fato de existir essa configuração prévia não indica necessariamente uma prática docente fechada, mas pressupõe um conhecimento tácito e implícito muitas vezes não revelado.

Em nosso dia-a-dia existem também conhecimentos que se desdobram nos mais diferentes diálogos, nas múltiplas conversações que

estabelecemos com as diversas realidades. Tudo isso está envolto num mar de energia infinita, implicada, recolhida dentro de cada um de nós. É algo mais sutil do que a matéria densa que se materializa por meio das nossas ações, algo que pertence à ordem implicada do Universo e que se processa no domínio da *phisis*.

Apesar de reconhecermos que agimos muitas vezes por impulsos, de maneira espontânea, na realidade sempre que agimos sobre algo estamos, ao mesmo tempo, pensando, mesmo que de modo espontâneo, sobre o objeto de nossa ação. A integração entre o SER e o FAZER ocorre mesmo que essa ação dure poucos segundos. Isso porque o processo de pensar e o processo de fazer estão totalmente imbricados, entrelaçados, já que o indivíduo funciona de maneira sistêmica, como ensinam Maturana e Nisis (1997).

Dessa forma, a identidade individual é expressão de um fenômeno complexo e a identidade de qualquer sistema surge, realiza-se e conserva-se também de maneira complexa, no interjogo de sua corporeidade e na dinâmica relacional que se realiza em seu viver/conviver, como nos advertem Maturana e Nisis (1997).

Isso nos revela que o ser que pensa e o ser que atua é sempre uma unidade, pertence a uma dinâmica estrutural única que engloba as diferentes dimensões humanas, já que o aprendiz/aprendente é um ser vivo e constitui uma unidade dinâmica do SER e do FAZER (Maturana e Nisis, 1997). Assim, o ser que conhece, que pensa, que ama e que atua é um só, uma inteireza, um ser humano multidimensional, com diferentes potencialidades e possibilidades.

Mas, se o questionamento e a reflexão não forem metódicos ou regulares, não haverá necessariamente a tomada de consciência ou a ocorrência de mudanças. Esta reflexão, quando espontânea, não transforma o docente em um ser reflexivo, nem o aprendiz num sujeito reflexivo, crítico e autônomo. Para que isso ocorra, é preciso reservar tempo e espaço para tanto, para exercitar processos de resolução de problemas, para aprender a pensar de maneira crítica, ou analisar a sua própria prática.

Também para Paulo Freire (1978), o conhecimento está dialeticamente unido à ação concreta que traduz a sua prática, gerando assim o que ele chama de Práxis. É a partir da palavra que emerge dessa práxis que o ser humano transforma-se, reinventa-se, realiza-se e se liberta, já que ela, ao surgir, traz consigo o seu poder transformador. Um poder que emerge da dialética ação-reflexão, capaz de produzir uma nova compreensão. É a ação gerada na práxis do viver/conviver que, segundo Freire (*ibid.*), produz a palavra verdadeira que denuncia a opressão e que, ao mesmo tempo, liberta e constrói uma nova sociedade.

Mediante uma prática renovada, da ação transformadora do implícito no explícito, resultante dos processos reflexivos gerados pela mente, pelas emoções, pelos processos de auto-organização, é que o indivíduo liberta-se da opressão, a partir da articulação dos seus processos internos e externos, presentes na cultura e no contexto.

Ao refletir sobre a prática, algo entra em ressonância com a teoria implícita, com os seus fundamentos teóricos, com aquilo que ele já sabe, com o conhecimento construído e armazenado na memória, permitindo que ele se revele, se desdobre, se apresente e se transforme gradualmente. Ao desdobrar-se, mediante a práxis, muita coisa se esclarece.

Mudam-se padrões estanques. Revelam-se associações escondidas e significados latentes que estavam "escondidos" na ordem implicada, mas que, de uma maneira ou de outra, influenciavam o comportamento e a conduta gerados na própria práxis. Assim, é a partir do diálogo entre teoria/prática que desenvolvemos a inteligência, o pensamento e a consciência e, dessa forma, evoluímos não apenas como pessoas, mas como profissionais reflexivos e criativos que somos.

Por outro lado, a Teoria Autopoiética de Maturana e Varela (1995) sinaliza que uma estrutura viva que se transforma a partir de interações recorrentes entre o organismo e o meio, que se desdobra, traz consigo a estrutura que caracterizava o estágio anterior em que a organização viva se encontrava. Da mesma forma, podemos então inferir que no processo evolutivo humano, um estágio que se explicita, que se revela em um nível mais elevado, sempre inclui o estágio precedente, indicando que aquele que transcende não aniquila o que estava em baixo, mas o inclui como parte de si mesmo.

Assim, podemos também inferir que é pela dança do pensamento e da ação produzida no movimento dialético entre teoria/prática que o sujeito se transforma, transcende e evolui, tanto como pessoa ou profissional, quanto como indivíduo ou como parte da sociedade, o que está de acordo com o pensamento de Freire.

E aquele que transcende, que atinge um novo estágio evolutivo, jamais voltará a ser o mesmo, em função do processo sistêmico de auto-organização que transforma a totalidade humana. Aquele que transcende, passa a incluir novos componentes em sua estrutura organizacional, levando-o a um novo estágio evolutivo, surgido a partir da incorporação de algo novo em suas estruturas mentais e emocionais.

Isso nos leva a perceber, mais facilmente, que a dança do pensamento e da ação provocada pela alternância entre teoria/prática pode

nos levar a um novo patamar evolutivo, a partir de novos processos de interiorização, diferenciação, integração, reflexão e de transcendência. THOT

BIBLIOGRAFIA

BÖHM, D. A ordem implícita e a ordem superimplícita, In R. Weber (org). *Diálogos com cientistas e sábios. A busca da unidade*. São Paulo: Cultrix, 1991.

_____. *A totalidade e a ordem implicada. Uma nova percepção da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1992.

_____. *Sobre el diálogo*. Barcelona: Kairós, 2001.

_____ e PEAT, D. *Ciencia, orden y creatividad: Las raízes creativas de la ciencia y la vida*. Barcelona: Kairós, 1998.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATURANA, H. e NISIS, S. *Formación humana y capacitación*. Santiago: Dolmen Ediciones, 1997.

_____ e VARELA, F. *A árvore do conhecimento*. Campinas (SP): Editorial Psy, 1995[2].

NOTAS

1. Para David Böhm: "Holomovimento é a esfera do que é manisfesto. E o que é manifesto está, por assim dizer, flutuante e abstrato no holomovimento. O movimento básico do holomovimento é o recolhimento e o desdobramento. Toda existência é, basicamente, um holomovimento que se manisfesta numa forma relativamente estável". (1991, pág. 47)
2. Título também publicado pela Editora Palas Athena, em 2001, com nova tradução.

LIVRE

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA
Antropóloga, professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Ciências Sociais da UFRN. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Membro da APC (Associação para o Pensamento Complexo – Paris). Coordenadora do GRECOM (Grupo de Estudos da Complexidade – UFRN). E-mail: calmeida17@hotmail.com

DANÇA, ARTE E ESPIRITUALIDADE[1]

A dança, a arte e a espiritualidade constituem juntas uma axiomática ou mesmo uma linguagem e um alfabeto capazes de expor dimensões que foram imobilizadas no indivíduo. A compreensão de que o *sapiens-demens* é simultaneamente cinestesia, experimentação estética e transcendência talvez seja uma chave importante para uma nova concepção da cultura e do corpo.

Dessa perspectiva, a dança, a arte e a espiritualidade constituem-se em linguagens privilegiadas para expor o coração da complexidade humana. A ritualização corporal, o mimetismo homem-mundo e a resposta do homem ao fenômeno da morte são eventos que conhecemos, respectivamente, pelos nomes de dança, arte e espiritualidade.

No começo não era o verbo como pontifica o mito da origem do mundo na tradição judaico-cristã. No começo era a dança: a dança do Universo, das galáxias, das estrelas. A dança cósmica. O primeiro corpo que dançou não foi o do humano. Foi o da Terra, corpo-mãe maior do qual fazemos parte e somos extensões tentaculares. A arte e a espiritualidade nasceram juntas: emergiram do interior de um longo processo que culmina com a consciência da morte pela espécie humana, há milhões de anos.

Dança, arte e espiritualidade expressam um "anel recursivo" – um dos princípios do método complexo construído por Edgar Morin. Em outras palavras, cada um desses três domínios da vida humana remete ao outro numa cadeia de necessidade mútua. Os três termos constituem juntos uma tríade antropológica; um conjunto triúnico importante para compreender a condição humana e o corpo que lhe dá substância. A dança, como ritualização corporal; a arte, como mimetismo estético que liga homem e mundo, e a espiritualidade,

como resposta do homem ao fenômeno da morte, são senhas de acesso ao paradoxo inquietante e criativo que nos constitui como indivíduos da espécie *sapiens-sapiens-demens*.

Para dar conta do tema aqui anunciado, faço o seguinte deslocamento argumentativo: considero em primeiro lugar um cenário maior e o jogo de encaixe de peças que permitem uma abordagem complexa do triângulo dança-arte-espiritualidade; em seguida, trato da dança como artifício de religação do homem com seu passado e operador de transcendência.

O meta-argumento que subjaz a todo o texto pode ser assim sintetizado: a espécie humana é filha do cosmo; pó de estrelas dotado de consciência; evento particular da história da vida e do Universo; matéria animada por pulsão, razão e desejo; o único animal que sonha acordado, produz utopias, projeta mundos possíveis e impossíveis, cria deuses que orientam sua vida e é governado por um misterioso inconsciente. O conjunto dessas dimensões (cósmicas, culturais e transcendentais) foi, ao longo da história da ciência, sendo dividido, separado, fragmentado. Operando por *redução* ou *separação*, o pensamento simplificador fragmentou o indivíduo reduzindo-o, conforme cada área do conhecimento, a uma de suas dimensões.

Entretanto, desde meados do século passado, a emergência de uma ciência da complexidade tem se empenhado na construção de um método capaz de religar dimensões e problematizar propriedades que transversalizam o domínio da cultura, do homem e da vida. Se o paradigma da simplificação fez-se valer da hegemonia da razão, da historicidade, da ordem e da estática, uma Antropologia complexa esgarça e amplia essas categorias quando escuta e dialoga com outras linguagens capazes de problematizar o paradoxo da condição humana.

O cenário cósmico. Comecemos por lembrar que "há uma história cosmológica, no interior da qual há uma história da matéria, no interior da qual há uma história da vida, na qual há, finalmente, nossa própria história"[2]. Essas palavras são do russo-belga Ilya Prigogine, Prêmio Nobel de Química em 1977, falecido em maio de 2003. Essa síntese arrojada de Prigogine descortina um cenário absolutamente extenso e alargado e, ao mesmo tempo, absolutamente pontual para a compreensão da história do corpo no mundo, da nossa história singular, do nosso cotidiano.

Como no jogo das bonecas russas que se encaixam umas nas outras, o conhecimento só se torna pertinente quando inserimos o fragmento no seu contexto, como advoga Edgar Morin[3]. Isto é,

quando compreendemos a singularidade como um caso particular da generalidade; quando percebemos cada fenômeno como um *corpo poroso* que se deixa transpassar pelo que está no seu entorno, como quer Boris Cyrulnik[4].

O universal e o particular, o todo e a parte, o panorâmico e o pontual complementam-se, opõem-se, avizinham-se, distanciam-se, aproximam-se e contrapõem-se num jogo que desafia o pensamento e o conhecimento, ao mesmo tempo em que os constroem. Assim, o jogo do conhecimento ao mesmo tempo guarda uma analogia com as bonecas russas, mas também delas se distingue.

Isso porque, se o conhecimento pertinente é aquele que "situa o fragmento no seu contexto", esse "situar" não supõe encaixe perfeito, adequação harmônica, nem modelização exemplar. Distinto do jogo do espelho que opera a duplicação da imagem, e distante da replicação e da cópia, cada evento ou fenômeno do mundo é o mesmo e outro se considerarmos o contexto do qual é parte e se distancia.

A metamorfose da borboleta é uma metáfora forte para exemplificar esse argumento. Para se tornar borboleta, a lagarta fecha-se num casulo (a crisálida). Vive ali um processo de decomposição de grande parte de si, ao mesmo tempo em que faz emergir propriedades novas e a anatomia própria de uma borboleta (vôo, asas, antenas).

O novo ser – a borboleta – é o mesmo e outro em relação ao antigo ser – a lagarta. Para falar da borboleta preciso ter em mente a sua história, embora não seja dela que me ocupe. De toda forma, para ser um especialista em borboletas preciso saber que ela guarda a história da forma que lhe precedeu; que ela ocupa um lugar no ecossistema; que com ele se relaciona; que dele guarda um certo padrão de organização e adaptação, etc.

O mesmo pode ser dito em relação à dança. Para que uma criança humana de três anos balance o quadril, a região peitoral, as pernas, os braços e a cabeça em um conjunto de movimentos (sincronizados e ao mesmo tempo desconexos) ao qual chamamos de dança, é necessário que ela recrute e reatualize propriedades cinestésicas que lhe antecederam no tempo.

Essas propriedades estão na história passada de nossa espécie, mas não só. Elas emergiram da aprendizagem com outras espécies, mas não só. De fato, elas se encontram em potência e em flutuação na história da matéria, anterior à história da vida, mas isso não é suficiente para fazer uma criança dançar. É necessário, além de tudo isso, que alguém reconheça como dança o conjunto dos movimentos que aquela criança executa.

Quando fazemos o menor gesto, o movimento mais sutil e o mais imperceptível deslocamento, ou quando regemos de modo

excepcional a conjugação de todos os movimentos possíveis, estamos expressando nosso débito e nossa ligação com a longa trajetória da espécie, da vida e do cosmo.

Há um *ballet* cósmico e uma combustão que arde no conjunto articulado de gestos ao qual chamamos dança. A dança, como ordem e desordem ao mesmo tempo, já estava potencialmente escrita nas estrelas. Para Edgar Morin, o "ordenamento grandioso do grande *ballet* estrelar transformou-se num salve-se-quem-puder geral"; (...) o cosmo arde, gira, decompõe-se[5]. O corpo que dança rememora o *ballet* estrelar do qual fala Morin e também arde, gira, decompõe-se – pois, alimentando a vida, caminha para a morte.

Para que uma criança de sete anos dance é necessária uma memória do passado, tatuada nela pelos seus registros físico-químicos e pelos códigos históricos e culturais do seu meio. Não basta, entretanto, a memória do passado. Para que qualquer corpo de qualquer cultura dance, é preciso também uma memória do presente e uma memória do futuro. Pela primeira, responde à incitação do meio (que inclui ecossistema e cultura). Pela segunda, responde à aptidão para projetar um gesto novo, uma nova composição. O gesto novo pode inaugurar um desvio que se tornará tendência e inaugurará novos padrões gestuais. É dessa perspectiva que se pode falar da história da dança como uma história da co-evolução do corpo-cultura.

Para que Isadora Duncan, Edson Claro, Rudolf Nureyev, Karenine Porpino, Pina Bausch e Petrúcia Nóbrega pudessem dançar, foram necessárias muitas químicas, desordens e turbilhões do passado, mas também novas ordens, padrões e apelos do presente, além de desvios e novas experimentações que os projetam como corpos para o futuro. As primeiras partículas do Universo estão presentes nos corpos que dançam. Ao mesmo tempo, eles não serão exatamente mais os mesmos depois de aquecidos em seus corpos dançantes.

O que essa forma de falar de dança sugere? Que devemos abrir mão do estudo técnico da dança? Não. Essa concepção alerta para o fato de que a dança não deve ser entendida, nem muito menos definida, como um fenômeno unicamente histórico e cultural. Até porque a história e a cultura devem ser compreendidas como *flutuações* que se tornaram *pontos de bifurcação* da história do Universo e da vida, como assinala Ilya Prigogine.

A dança como religação. A dança é um fenômeno e um epifenômeno ao mesmo tempo. É simultaneamente natural e cultural. Agenciamento químico e simbólico, singular e universal. Para além de uma definição técnica e histórica, podemos construir uma nova compreensão de dança, da dança. Essa nova compreensão religa

corpo, espaço e tempo; conecta o homem consigo mesmo e as pessoas entre si. A dança é um poderoso artifício para fazer fluir nossa abertura para dentro e para fora do corpo.

O jogo das bonecas russas do qual me vali, como metáfora, para falar do contexto maior no qual se insere a dança serve também como modelo narrativo. A boneca maior (que contém todas as outras) alude à história do Universo, dentro da qual se encontra a história da vida (a segunda boneca).

Ao que corresponderia a terceira boneca? Ela corresponde à história humana. Da experiência da dança, como cinestesia simbolizada culturalmente, fala a quarta boneca. No interior dessa quarta dimensão (dança) está a confluência da história humana, da vida e do Universo, mas também, e de maneira particular, as experiências de deslocamentos e movimentos complexos no mundo animal.

A respeito dessas experiências é possível falar da dança como uma linguagem expressiva e significante entre alguns animais. Digo alguns, porque só a alguns atribuímos a propriedade de dançar. Falamos, por exemplo, da dança nupcial de alguns pássaros, mas não falamos (pelo menos habitualmente) da dança das amebas.

Esse é um fato curioso. Ao dizer que um animal não-humano dança, estamos obviamente no domínio cognoscente do antropomorfismo, que é a propriedade de atribuir qualidade humana ao mundo não-humano. A história da cultura é repleta de exemplos que demonstram essa nossa habilidade. É possível dizer mesmo que todo processo de conhecimento opera-se a partir dessa matriz, para Boris Cyrulnik, uma armadilha do pensamento[6].

Seja como for, ao falar da dança dos cisnes, das gaivotas e dos golfinhos, estamos antropomorfizando o conjunto cinestésico de deslocamento desses animais, ou seja, imprimindo, analogicamente, o sentido da dança humana. Tomar consciência de que estamos no domínio do antropomorfismo é de crucial importância para a "formação do espírito científico". Isso faz toda a diferença, uma vez que passamos a saber em qual domínio do conhecer estamos quando imputamos sentido às coisas[7].

O curioso do antropomorfismo é que, por meio desse artifício, selecionamos as auto-imagens do homem que nos convém e criamos uma escala de aproximações e de afastamentos, entre nós e as outras espécies. Se dizemos, por exemplo, que os golfinhos, as águias e outros pássaros executam danças nupciais, e não dizemos o mesmo de uma ameba, é porque, de nossa ótica, nada temos em comum com uma ameba. Com os pássaros e os golfinhos, tudo bem, por isso dizemos que eles dançam. Se irritados, agredimos alguém verbal-

mente, nunca dizemos "você é um golfinho", ou "uma gaivota". Mas podemos dizer "ele é uma ameba".

Essa digressão a respeito do antropomorfismo, ao contrário de nos afastar do nosso problema, remete-nos para o interior da quarta boneca russa. Podemos agora dizer que a dança reatualiza em nós os ritmos corporais e os deslocamentos com significados que nos precederam no tempo e que ajudaram a construir nossa própria história e identidade.

De maneira pertinente, as pesquisas do biólogo Mac Lean sugerem que dispomos de um magnífico cérebro triúnico. Fazendo uso desse argumento, diz Edgar Morin que somos movidos por três registros fundamentais herdados da história de outros animais: um, *reptílico*, responsável pelo cio, pela agressão e pela fuga; outro, *mamífero*, que expressa afetividade, cuidado e acolhimento; e o terceiro, propriamente *humano*, responsável pela consciência lógica e pela razão[8]. Como na seqüência das histórias do Universo, da vida e do homem, aqui também os dois registros cerebrais que antecedem o propriamente humano são ultrapassados, mas não superados.

Para nos restringirmos à dança, cabe perguntar: não seria ela uma senha e um alfabeto precioso para reconhecer vizinhança e ao mesmo tempo nossa distinção em relação a outros animais? Na dança, os deslocamentos frontais e os impulsos que fazem recuar não seriam reatualizações simbólicas do nosso estilo reptílico de ser? O entrelaçamento dos corpos que dançam, e os meios-círculos que circunscrevem os braços, não lembram o lado acolhedor extensivamente mamífero?

Dessa perspectiva, a dança expressa indícios e sinais de um animal movido simultaneamente pelos domínios físico-químico e simbólico-imaginal. É um fragmento complexo que guarda, e ao mesmo tempo redimensiona, a história do Universo, da matéria e da vida. Ela pode ser concebida como o simbolismo hipercomplexo de uma herança animal superada, mas não abolida. Ela demonstra a aptidão dos humanos para se deslocar dos impulsos mecânicos dos movimentos, reorganizando-os em metaestruturas simbólicas e provocadoras de novos campos de sentido.

Dança como arte e transcendência. Coloquemos agora a relação indissociável (apesar de distinta) entre dança, arte e espiritualidade.

Se o corpo que dança expressa uma ordenação simbólica do movimento; se essa ordenação representa padrões significantes da harmonia e do belo; e se, por fim, essa linguagem recruta projeções cognitivas que se deslocam da percepção fenomenal em si, podemos

concluir que a dança, como arte, é uma forma de transcendência, desde que entendamos por transcendência a resolução simbólica do mundo fenomenal.

Essa síntese, como de resto toda síntese, peca pelo hermetismo e pela simplificação, se não se desdobra num conjunto de referências e argumentos que lhes oferecem sentido e contexto. Teçamos, pois, essas referências e argumentos.

Com base nos livros *O homem e a morte*[9] e *O enigma do homem*[10] de Edgar Morin, temos que o nascimento da arte e o sentido de transcendência gestam-se no interior do processo de emergência da consciência da morte nos humanos. Quando percebe a finitude da condição corporal, um novo patamar de complexidade se inaugura na espécie.

O *fenômeno* da morte faz-se acompanhar agora da *idéia* de morte que se consolida a partir de uma dupla consciência: uma objetiva, que atesta um fenômeno sem solução e a outra subjetiva, que "soluciona" o enigma da morte pela criação de uma segunda realidade. Esse fenômeno de duplicação é fomentado por um fabuloso imaginário responsável pela criação dos mitos, pela crença na imortalidade do espírito e pela edificação de uma realidade não-material.

Nos dois livros citados, mas sobretudo em *O homem e a morte*, Morin vale-se de pesquisas e estudos em várias áreas do conhecimento para construir um argumento central que destaca a importância da idéia de morte para a consolidação da cultura. Para o que interessa aqui é suficiente destacar que o sentimento estético e as primeiras manifestações da arte aparecem ligados aos cuidados com o morto, o funeral e as primeiras sepulturas nas sociedades humanas mais antigas das quais se tem notícia.

Esses cuidados evitam o confronto direto com a morte anunciada e sua visibilidade cruel, tanto quanto estetizam e exorcizam a morte. É preciso não sentir o cheiro do corpo que apodrece; não vê-lo se decompondo, nem servindo de alimento para outros animais. O curioso é que esses cuidados constituem-se em condições necessárias para a emergência da estética e do sentimento de transcendência nos humanos.

Na construção dos primeiros túmulos, no chão ou suspensos, já aparece o tratamento com a simetria, a forma, a modelagem e o contorno. As pedras que são colocadas sobre as sepulturas de areia não são empilhadas de qualquer modo. As estruturas de varas sobre as quais repousa suspenso o morto, antes de ser queimado, apresentam simetrias que parecem exceder o cálculo de mera funcionalidade da relação entre peso e sustentação. Sabemos também que as paredes internas das grutas onde eram deixados os mortos são os

primeiros painéis de uma grafia simbólica que retrata animais, plantas e figuras humanas. As pirâmides são os exemplos mais sofisticados da relação entre a morte e a estética.

Esse acoplamento da morte com a duplicação simbólica da vida, operada pelo grafismo, está na origem do sentimento estético e da idéia de transcendência na espécie. A crença na imortalidade da alma ou na metamorfose da condição corporal é gestada em estreita parceria com a apropriação e ordenação de objetos e propriedades que se encontram na natureza (cores, formas, movimentos e padrões de ordem) aos quais chamamos estética.

Na dança, o par consciência da morte e duplicação da vida assume sua expressão mais forte, superando mesmo a importância do grafismo. Assim é que nas sociedades antigas é à dança que se recorre para curar os doentes, ritualizar os ciclos de fertilidade da terra, fazer chegar a chuva, entrar em sintonia com o Universo. Na China antiga, a arte da dança era expressão da harmonia cósmica. O escritor grego Luciano (séc. 2 d.C.) fala da dança dos corpos celestes como modelo da dança sobre a Terra. Nas catedrais medievais, as danças realizadas pelo clero eram consideradas um anúncio das alegrias esperadas no céu[11].

Voltemos, pela última vez, ao conjunto das bonecas russas, para nos fixar novamente na quarta boneca, referida aqui como metáfora da história humana e da dança. É possível dizer agora que a dança simboliza a memória das outras dimensões que nos precederam no tempo e se encontram atuantes em nós.

Se, como quer Paul Ricoeur, todo símbolo possui três dimensões ao mesmo tempo – a *cósmica*, que retira sua figuração do mundo visível que nos rodeia; a *onírica*, que se enraiza nas lembranças e nos gestos; e a *poética*, que apela para a linguagem mais impetuosa, portanto, a mais concreta – a dança simboliza a condição humana corporal na sua inscrição mais próxima e concreta e, ao mesmo tempo, mais distante e imaterial.

Assim, se fosse possível fazer uma biografia do corpo que dança encontraríamos os primeiros elementos de um cosmo dançante; e também os ensaios rítmicos da história da vida e da evolução animal; e também os padrões do movimento das partículas que dão substância a toda matéria; e também a obsessão de fugir da inércia e da morte; e também a dança das bactérias alimentada pelo som de nossos humores viscerais.

Dessa perspectiva, podemos dizer que a dança é cinestesia primordial quando sentida e consentida. O corpo nada pode fazer dela. Ela, sim, tudo pode fazer com o corpo: prepará-lo para o encontro, consumi-lo, consumá-lo. O corpo foi criado para a dança, não a

dança para o corpo. A dança veio primeiro e para se expressar criou o corpo. Ela é simultaneamente imanência e condição de transcendência. THOT

NOTAS

1. Conferência de Abertura da 8ª Mostra de Dança e do 3º Fórum de Dança do Departamento de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
2. PRIGOGINE, Ilya. *Do ser ao devir*. Nomes de Deuses – entrevista a Edmond Blattchen. Trad. Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: Editora UNESP; Belém: Editora da Universidade do Estado do Pará, 2002, pág. 26.
3. MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: pensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
4. CYRULNIK, Boris. *Do sexto sentido: o homem e o encantamento do mundo*. Tradução Ana Maria Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
5. MORIN, Edgar. *O Método I: a natureza da natureza*. Tradução Maria Gabriela de Bragança. Lisboa: Europa-América, 1978, págs. 43, 44.
6. CYRULNIK, Boris. *Memória de macaco, palavras de homem*. Trad. Ana Maria Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
7. Ver a esse respeito Bachelard, Gaston. A psicanálise do conhecimento objetivo. In: *Epistemologia: trechos escolhidos*. Tradução Nathanael C. Caxeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1977.
8. A referência à hipótese do cérebro triúnico de Mac Lean é feita por Edgar Morin em várias obras. Ver, por exemplo, o *Método 3* (Editora Sulina, 1999).
9. MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Tradução de João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.
10. MORIN, Edgar. *O enigma do homem: para uma nova antropologia*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
11. LURKAR, Manfred. *Dicionário de simbologia*. Tradução Mario Krauss e Vera Bar Kow. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LIVRE

JOEDLA RODRIGUES DE LIMA
Engenheira Agrícola, doutoranda em Planejamento Energético - Unicamp. Professora da Universidade Federal de Campina Grande (PB).
E-mail: joedla@bol.com.br

VIDAS SEMI-ÁRIDAS:

O RESGATE DA VIDA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Quando se fala no semi-árido brasileiro a figura que vem à mente são os terrenos crestados, secos, as pessoas magérrimas em busca de água.

Falar de semi-árido significa falar de um exemplo típico de como o homem tenta dominar a natureza sem conhecer suas leis, seu ritmo e, também, significa dizer que mesmo diante da miséria explícita, alguns grupos dominantes conseguem enriquecer à custa da miséria de muitos.

O semi-árido brasileiro engloba uma área de 778.064 km^2, com uma população de 18 milhões de habitantes. As chuvas concentram-se principalmente em três meses do ano. Devido à proximidade com o equador, a região está exposta a altas temperaturas e alta taxa de evaporação.

A precipitação é irregular, às vezes ocorre em excesso e outras vezes é escassa. O armazenamento de água, devido à predominância de terrenos cristalinos, é pequeno ou quase nulo. Os solos são rasos e a água que o atinge escoa e vai alimentar os rios temporários, ou ficar armazenada em barragens, que estão sujeitas a uma evaporação anual em torno de 2,8 m. A vegetação é constituída por caatinga hiperxerófila, com a fisionomia de estepe arbustiva, deixando aparecer durante a estiagem um solo geralmente desnudo – sem recobrimento herbáceo – e, portanto, não passível de incorporar matéria orgânica. Essas precipitações irregulares refletem-se na

produção da biomassa dos ecossistemas e também na capacidade da vegetação em recuperar-se dos desmatamentos.

Enquanto a criação pecuária se dá nos interflúvios (terrenos secos, de solos mais pobres e freqüentemente pedregosos, recobertos pela caatinga), os vales são empregados para a agricultura: algodão, feijão, milho e palma forrageira e as vertentes, para capineiras, fruteiras e algumas culturas alimentares.

Nos últimos três meses do ano a população sofre rotineiramente com a falta de água, que pode retornar no início do novo ano ou ausentar-se por um ano ou mais. A chuva cai escassamente e causa fome e sede. O grau de vulnerabilidade da população torna-a dependente da ajuda governamental.

A história atual da relação do homem sertanejo com seu ambiente é um perfeito descompasso entre as leis que regem a ecologia do semi-árido e as técnicas empregadas para as atividades agropecuárias, embasadas no paradigma cartesiano-newtoniano.

Esse paradigma representou uma ruptura da visão da natureza como mãe provedora para uma visão utilitarista. A natureza passa a ser considerada um recurso e a ciência passa a ser desenvolvida com o objetivo de dominá-la. Deve-se considerar que esse modo de fazer ciência consubstancia-se na predominância das atitudes auto-afirmativas.

No caso do semi-árido brasileiro, as atitudes auto-afirmativas se expressaram de modo mais categórico a partir do século 16, quando essa região foi utilizada pelos portugueses, franceses e holandeses como banco de recursos impulsionadores do capitalismo comercial. Inserido nessa dinâmica, a região semi-árida passa a caracterizar-se como uma economia voltada para o mercado externo e baseada no emprego predatório dos "recursos" naturais. A população nativa é dizimada, juntamente com sua cultura de convivência com o semi-árido.

Os europeus, etnocêntricos, desconsideram as peculiaridades climáticas da região e implantam uma cultura agrícola desenvolvida para o clima temperado. Segundo o eminente agrônomo Guimarães Duque, os povos europeus trouxeram métodos agrícolas criados para climas temperados e frios, derrubaram e queimaram matas para introduzir pastos ou culturas para exportação, generalizando as práticas agrícolas européias, em que se aram morros e baixadas. O colonizador ensinou que o solo precisava de arejamento e de vento para provocar reações.

Nas palavras do escritor Euclides da Cunha, nessa região, "o sol é o inimigo que é forçoso iludir, evitar ou combater"; revirar o solo, em

vez de acelerar os processos biológicos, aniquila a vida microbiana e queima a matéria orgânica. O solo desnudo fica exposto ao sol inclemente e ao impacto direto das gotas das primeiras chuvas que caem após um período de no mínimo seis meses secos.

Os solos que são férteis, porém rasos, são lixiviados e vão assorear o leito dos rios. Com o passar do tempo os rendimentos das colheitas baixam. A pedregosidade domina. A agricultura do semi-árido foi orientada para um choque com o ambiente.

A melhor alternativa para o semi-árido é a convivência com o clima, perpassando pela valorização das culturas xerófilas que toleram a escassez de água. No entendimento de Guimarães Duque, *nenhum país semi-árido do mundo dispõe de um conjunto de plantas xerófilas valiosas como as nossas.*

Desde o período da colonização que se tem registro das secas. No entanto as medidas tomadas geralmente são paliativas. A integração dos projetos de açudagem com a piscicultura, a irrigação de cultivos, salvo raras exceções, ficaram inconclusas. Inclusive, deve-se considerar que a irrigação no semi-árido nordestino sem um eficiente sistema de drenagem pode salinizar as terras, tornando-as improdutivas.

Por que ao longo dos três últimos séculos não se investiu em medidas preventivas e de convivência com o clima? Por que os órgãos criados para o estudo das secas têm vida efêmera ou desviam-se de seus objetivos iniciais? A atuação contínua é a da indústria da seca, que enriquece a partir do desvio de verbas destinadas aos flagelados da fome.

Talvez se constitua em grandes obstáculos a aplicação destes três princípios: continuidade das ações voltadas para a qualidade de vida de toda a população; comprometimento com as mudanças além do período crítico da seca; e conquista da autonomia econômica embasada na valorização das potencialidades locais. Esses princípios significam resgate da dignidade do homem/mulher.

A saída para a crise instaurada no semi-árido não se circunscreve a medidas técnico-conservacionistas visando o uso dos solos e da água. Necessita-se de medidas integradas que considerem o ser humano como detentor de crenças e valores. E que tais crenças subjazam a suas ações. Consiste em remodelar o paradigma exploratório dominante, por meio de um repensar da função da natureza para a comunidade inserida no semi-árido e o resgate dos valores humanos de cooperação, respeito e cuidado.

O semi-árido brasileiro apresenta quadros de miséria socioeconômica, baixo índice de alfabetização. Ao lado da carência alimentar, viceja a desesperança, a perda dos valores morais, a

desvalorização das potencialidades humanas e ambientais. Há uma tendência para as relações competitivas/predatórias, embora identifique-se que os idosos se resignam alegando que é da "vontade de Deus".

A proposta de retorno à natureza não significa realimentação do misticismo, mas do reconhecimento do papel da natureza para o ser humano. Que o homem/mulher é natureza que consegue pensar e avaliar, inclusive identificando o que deve ser mudado para atender sua realidade transcendente, espiritual.

O ser humano, consciente do seu papel no Universo, valoriza sua cultura, seu artesanato, sua culinária, seu linguajar, faz a releitura da sua história, não negando a importância de outros saberes e culturas para a vida. Ele resgata a experiência passada como modelador do futuro, mas não se detém no passado. Ele, ao mesmo tempo que se autoconhece, busca conhecer mais o mundo que o rodeia numa perspectiva de convivialidade. Resgatando a complexidade que envolve a felicidade. Sua maior aspiração. THOT

DOCUMENTOS

MIKAIL GORBACHEV
Ex-chefe de Estado da União Soviética e Prêmio Nobel da Paz, preside o Conselho da Cruz Verde Internacional.

O NOVO CAMINHO PARA A PAZ E O FUTURO SUSTENTÁVEL

Os Diálogos da Terra, que se realizaram em Barcelona nos dias 5 e 6 de fevereiro, co-patrocinados pela Cruz Verde Internacional, cujo Conselho presido, e a Cidade de Barcelona, trazem consigo o lançamento oficial do Foro Universal das Culturas – Barcelona 2004.

Os Diálogos da Terra não pretendem ser um mero grupo de amigos, sem um foro dinâmico e interativo que reúna não só dirigentes mundiais e empresários, mas também os agentes que verdadeiramente importam: os membros da sociedade civil.

O principal foco de atenção dos Diálogos será a identificação de estratégias concretas necessárias no momento de pôr em prática a nova agenda mundial para a paz e o futuro sustentável.

As tensões crescentes no cenário mundial, a escalada do terrorismo, a intolerância religiosa, a degradação ambiental e a violação sistemática dos direitos humanos alcançaram um ponto explosivo. Não é mais possível adiar a solução de todos esses problemas.

Assim, para responder eficazmente a essa situação, é preciso compreender as diversas raízes dos conflitos e os vínculos entre a pobreza, a degradação ambiental e a escassez por um lado, e entre a paz e a segurança por outro. O mundo precisa, sobretudo, de uma concepção global de valores comuns, que devem servir de base às novas formas de diálogo e cooperação necessárias entre as nações e civilizações.

A comunidade mundial "pós-Iraque" reclama, mais que nunca, uma nova interpretação da situação internacional. De fato, a mensagem fundamental compartilhada pelos sete candidatos

democratas à presidência dos Estados Unidos é a da necessidade de construir um novo paradigma de segurança e sustentabilidade. Suas palavras não poderiam ser mais oportunas, pois o começo do século 21 deu novas e mortíferas dimensões ao desafio de conservar a paz e a segurança no mundo. Há poucos dias, em 26 de janeiro, o *Der Spiegel* publicava uma entrevista com Mohamed el Baradei, diretor geral da Organização Internacional de Energia Atômica, na qual declara que o mundo está mais próximo do que nunca da ameaça de uma guerra nuclear, especialmente devido ao aumento do tráfico ilegal de tecnologias nucleares.

Não obstante, em que pese a ameaça constante do terrorismo internacional e a aterradora perspectiva da guerra nuclear no século 21, o certo é que a segurança, neste novo milênio, não consiste somente em nos protegermos das agressões, mas também da doença, das turbulências econômicas, da degradação ambiental e da escassez de recursos.

Para a maior parte do mundo, as tensões em matéria de segurança não se concentram tanto nos limites geopolíticos e nos poderes externos, mas nos conflitos internos derivados da pobreza, da exclusão social, da situação dos pobres e da marginalização, além da instabilidade econômica e da competição em torno de recursos como a água e as terras férteis.

Outro fenômeno importante é que no mundo globalizado os governos, por si sós, não podem proporcionar segurança suficiente a seus cidadãos, muito menos proteger suas fronteiras geopolíticas, cada vez mais permeáveis. Em tal situação, como poderá o mundo caminhar para encontrar uma resposta aos novos desafios de sobrevivência mundial no novo milênio?

Um primeiro passo importante seria, em minha opinião, substituir a cultura predominante da violência e do conflito por uma nova cultura de paz. Isso não significa apenas fortalecer e democratizar nossas instituições de paz e segurança a fim de resistir melhor e prevenir a violência, a guerra e o conflito. Significa desenvolver em todos os planos e áreas da vida uma série de atitudes e valores, crenças e princípios de conduta, que não só fomentem a resolução pacífica de conflitos, mas também a busca de compreensão mútua e a oportunidade de as pessoas viverem em harmonia entre si e com a comunidade em geral. Significa, sobretudo, promover uma nova ética global de segurança e sustentabilidade.

Quando digo ética global não me refiro a uma nova ideologia nem a uma superestrutura. A nova ética global não pretende tornar supérfluas as éticas concretas das diferentes religiões. Tampouco pretende substituir a Torá, o Sermão da Montanha, o Alcorão, a Bhagavad Gita, os discursos de Buda ou os provérbios de Confúcio.

A ética global refletida na Carta da Terra é uma declaração autorizada de princípios éticos para o desenvolvimento sustentável, reconhecida por milhares de organizações e milhões de pessoas, e constitui um núcleo de convicções aceitáveis para todos.

Quando participei da elaboração da Carta, fiz questão de que a ética global nela consagrada não impusesse uma concepção determinada nem legislasse sem levar em conta diferenças culturais básicas. Isso é especialmente importante no caso das novas democracias que, insisto, devem ter liberdade para definir por si mesmas seu próprio caminho democrático para um futuro sustentável e para a segurança.

Diferente da única superpotência que restou no mundo, com sua arrogante exibição de suposta superioridade política, social e religiosa, além de suas tentativas sistemáticas de impor sua vontade ao resto do mundo, a Carta da Terra respeita o equilíbrio essencial entre os objetivos de unidade e solidariedade, em meio da diversidade real que caracteriza a comunidade mundial de civilizações.

Mesmo assim, a nova ética global deixa claro que a verdadeira segurança e o verdadeiro futuro sustentável somente serão possíveis num mundo em que sejam protegidos os recursos ecológicos e econômicos – que são limitados – como um espírito organizador e de serviço, que permita a todos satisfazer suas necessidades humanas básicas e viver uma vida de bem-estar material e espiritual.

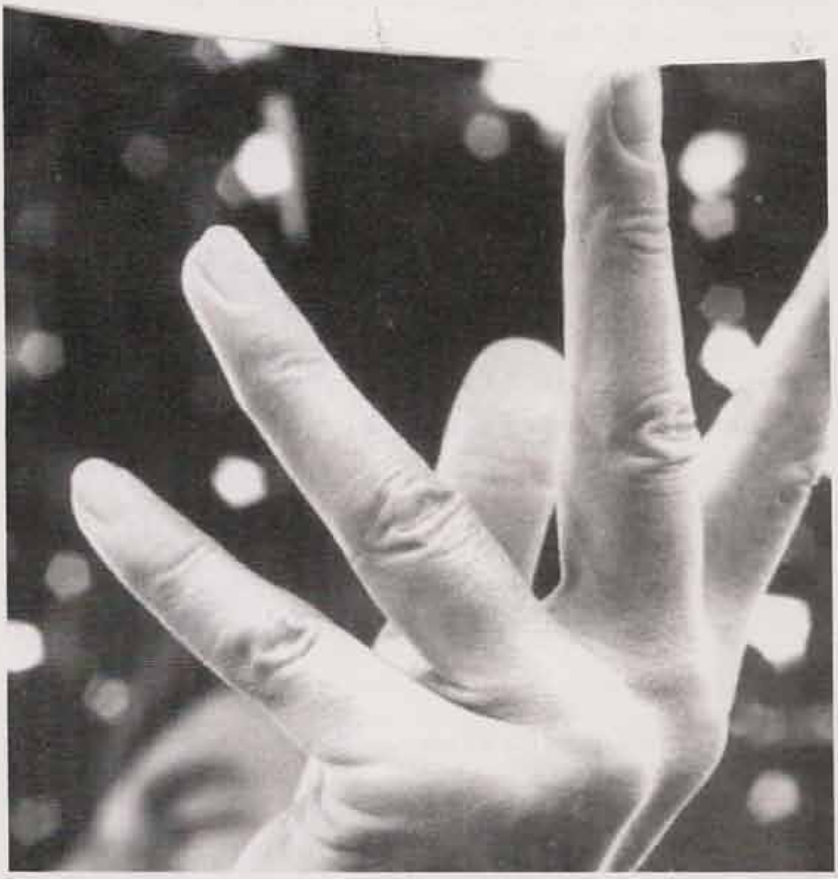
Em um mundo cada vez mais acossado pela corrupção, pela ganância e pelo egoísmo, necessitamos de dirigentes que tenham a coragem moral de basear suas decisões nesta nova ética global. Necessitamos de líderes que compreendam que, como diz a Carta da Terra: "Quando as necessidades básicas estão satisfeitas, o desenvolvimento humano não consiste em ter mais, senão em ser mais".

Também precisamos de líderes mundiais capazes de compreender que, com vistas a manter a paz e a segurança internacionais, as questões ambientais, econômicas e culturais são tão importantes quanto os fatores políticos e militares.

Por fim, em um ano no qual haverá um número sem precedentes de eleições nacionais, necessitamos especialmente de líderes que não se importem somente com os resultados de uma nova campanha eleitoral, mas que também estejam dispostos a tomar decisões baseadas no respeito à interdependência crescente da comunidade das nações e civilizações. Ou seja, dirigentes com a retidão moral necessária para transcender os interesses nacionais estritos e reconhecer que a nova geração de problemas de sobrevivência mundial só pode ser resolvida mediante aportes multilaterais e um autêntico espírito de solidariedade mundial; que compreendam que a cultura de paz e o futuro sustentável são o único caminho possível pelo qual avançar. THOT

Fonte: Jornal El País - http://www.elpais.es

Traduzido do espanhol por: Tonia Van Acker, Associação Palas Athena (SP).



O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO HUMANA SEGUNDO MAURO MALDONATO

Lançado em setembro pela Editora Palas Athena, *O desafio da comunicação – Caminhos e perspectivas*, do psiquiatra e filósofo italiano Mauro Maldonato empreende uma análise objetiva da comunicação humana, a partir de uma perspectiva avançada e transdisciplinar.

Maldonato examina vários aspectos da comunicação, com os instrumentos conceituais da tradição humanista e da filosofia continental européia. Aborda temas da maior importância nos dias atuais, como o desenvolvimento da linguagem, a comunicação lingüística, a comunicação não-verbal, a natureza e a cultura das emoções, a comunicação intrapsíquica.

Professor da Universidade de Nápoles e da Universidade da Basilicata, Maldonato visita com alguma freqüência o Brasil, onde lecionou como professor visitante da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Por aqui, também já publicou *A subversão do ser* (Editora Fundação Peirópolis) e *Raízes errantes* (Editora 34 – SESC-SP).

A seguir, o autor responde a algumas perguntas da Thot, que permitem vislumbrar o enfoque que ele faz de seu objeto de estudo em *O desafio da comunicação*. (Antonio Carlos Olivieri)

* * *

Em que medida o conceito de comunicação é fundamental para se compreender o ser humano? Ou seja, a comunicação é inerente à própria identidade do homem?

Os conceitos de homem e de comunicação coincidem por muitas razões, no sentido que o ser humano, desde a noite dos tempos, sempre "tornou

comum", ou seja "comunicou", sentimentos, emoções, recursos materiais, etc. Tudo isso favoreceu a evolução humana.

Como surgiu o conceito moderno de comunicação, e qual o papel da Cibernética na formulação desse conceito?

O conceito moderno de comunicação surgiu no século XX, a princípio como expressão do desenvolvimento das ciências da comunicação: primeiro sob a forma de cibernética. Em seu início, a cibernética aspirava elevar o conceito de comunicação a valor central e paradigma unificador do "grande livro do Universo".

Que definição pode se dar para uma psicologia da comunicação, e quais os pré-requisitos para se chegar a tal definição?

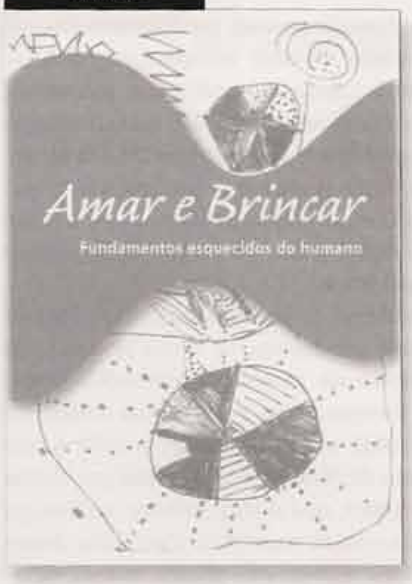
Nas ciências psicológicas abriu-se um outro ponto de vista sobre o estudo da comunicação. Elas passaram a examinar como esta entra na existência do indivíduo, dos grupos e das instituições sociais. Com isso, evidenciaram-se não só as suas funções, como a significação, a transmissão de informação e o conectivo das relações interpessoais, mas também sua dimensão intrínseca, que fundamenta e exprime a identidade pessoal e a posição pessoal de cada sujeito individual e coletivo.

Por que você afirma que "uma mensagem é uma atividade extremamente complexa"?

Os primeiros estudiosos da comunicação humana acreditavam poder explicá-la com base em um modelo semelhante ao das transmissões entre dois aparelhos telefônicos. Entretanto, essa é uma atividade muito complexa, não facilmente explicável por meio de modelos reducionistas. Podemos imaginar uma mensagem como um prisma constituído de múltiplos modelos: lingüísticos, semióticos, intrapsíquicos, de comunicação não verbal e vários outros.

Você diz que toda comunicação é, necessariamente, uma "sinfonia inacabada". Por quê?

A comunicação é sempre e inevitavelmente um fato humano incompleto. Não basta que as partes em jogo sejam competentes em suas interações comunicativas. A comunicação é constituída de uma ulterioridade não-suprimível, que a impede de completar-se definitivamente. Na verdade, é o homem que escapa às mais refinadas e afinadas estratégias e táticas da comunicação.



Com esse título, o biólogo chileno Humberto Maturana e a psicóloga e educadora alemã Gerda Verden-Zöller reuniram uma série de ensaios – e uma conferência – num volume que apesar dessa origem fragmentária se caracteriza pela unidade. Por meio desse conjunto de textos, eles discutem a cultura do patriarcado – da qual somos herdeiros –, as relações entre pais e filhos e alguns dos aspectos fundamentais do processo democrático.

A matriz conceitual do livro é a teoria de Santiago, desenvolvida a partir da década de 1960 por Maturana e pelo também biólogo e chileno Francisco Varela. Essa teoria resultou da combinação de estudos e idéias basicamente oriundas da cibernética e da teoria dos sistemas com a biologia e outras disciplinas. Os dois biólogos conseguiram passar ao largo do reducionismo, que é habitual quando se parte de quadros de referência bem consolidados, e essa postura se manifesta com clareza ao longo dos capítulos de *Amar e Brincar*. A vocação inter e transdisciplinar dos autores permite que a base biológica seja complementada por disciplinas como a sociologia, a antropologia e a educação. Nesta última área centram-se os estudos de Verden-Zöller.

É gratificante observar que o livro inclui uma visão política, que aliás deverá mantê-lo sempre atual ao longo dos anos. Pois Maturana e Verden-Zöller preferem ver o processo político no sentido aristotélico: o homem é um animal político, no sentido de participar da *polis* – a cidade – e nela buscar as bases do exercício da participação e da cidadania. Daí a denúncia da política como instrumento apenas de poder, em prejuízo da convivencialidade.

A análise dessa idéia constitui, seguramente, um dos pontos altos da obra: a democracia só merece esse nome quando se afasta da demagogia e, principalmente, do ânimo de competição predatória que contaminou de maneira tão evidente os processos políticos da atualidade.

É nesse sentido que a democracia participativa é levada por Verden-Zöller para o âmbito da educação infantil, mais especificamente as relações mãe-filhos. Em coerência com seu conceito de democracia participativa, a palavra "mãe" adquire em *Amar e Brincar* um significado que amplia e aprofunda seu sentido: "Mulher ou homem que cumpre, na convivência com uma criança, a relação íntima de cuidado que satisfaz suas necessidades de aceitação, confiança e contato corporal, no desenvolvimento de sua consciência de si e de sua consciência social".

A atitude de ver os processos biológicos, políticos e sociais em termos abrangentes, e a estratégia de procurar sempre examinar as relações entre o todo e as partes (que são a fonte dos fenômenos emergentes) vem do pensamento sistêmico. É esse o ponto de partida para outro aspecto importante do discurso dos autores: a denúncia da formatação de nossa cultura pelo pensamento linear, cuja lógica binária e fragmentadora permitiu

a geração e manutenção de sociedades como as nossas, predominantemente configuradas pelos valores do patriarcado: divisão, autoritarismo patente ou disfarçado, desrespeito à diversidade, intolerância, violência e, sobretudo, a idéia de que o ser humano é separado da natureza e por isso está autorizado a lidar com ela de modo predador, extrativista e irresponsável. Com efeito, para Maturana o patriarcado produz a desconfiança e a desarmonia, o que por sua vez leva à perda de consciência de participação humana no mundo natural e a busca de controle e dominação. Essas idéias só são possíveis sob a predominância do modelo mental linear.

Eis, portanto, o nosso principal problema. O pensamento linear/binário produz o autoritarismo, e a mentalidade predatória, os quais por sua vez reforçam a predominância desse modo de pensar. Apanhados nessa armadilha, tornamo-nos virtualmente incapacitados para buscar saídas, as quais só são possíveis se mudarmos nosso modo básico de pensar e, em conseqüência, de agir. Essa é a proposta de Verden-Zöller: começar, desde a infância, a buscar o sentimento de pertença, que já teria existido na Europa antes dos tempos históricos – a chamada cultura matrística. Essa idéia deriva dos estudos de Marija Gimbutas e Riane Eisler, esta última autora de *O cálice e a Espada*, obra em que são examinados temas como a fragmentação da família, o excesso de população (em especial nos países ditos subdesenvolvidos) e a agressão humana ao meio ambiente. São esses, em essência, os mesmos temas de *Amar e Brincar*.

Marija Gimbutas, arqueóloga falecida em 1994, nasceu na Lituânia, de onde saiu com sua família durante a segunda Guerra Mundial e tornou-se professora da Universidade da Califórnia em Los Angeles, onde fundou o departamento de estudos indo-europeus. Seus estudos, de cunho eminentemente interdisciplinar, trouxeram à luz aspectos importantes da Europa pré-histórica: revelaram que nessa época e local as culturas se baseavam na cooperação e na vida em harmonia com a natureza. Em especial, a religiosidade era orientada para deusas e não para deuses autoritários, como acontece no patriarcado.

Seria ingênuo imaginar que Gimbutas fala de uma época idealizada, idílica, sem desavenças, violência e armas. Ao contrário: esses fenômenos existiam, mas não com a predominância que têm nos tempos atuais; as armas eram destinadas à caça e as cidades não eram fortificadas; a competição não havia cedido lugar à cooperação, o que aliás só seria possível se o modelo mental predominante fosse, como é hoje, o linear. Nessas culturas, como notou Gimbutas, o competir e o cooperar se entrelaçavam e se modulavam mutuamente: um corrigia os excessos do outro, como aliás se espera que ocorra com seres humanos de carne e osso, ainda não manipulados pelo unilateralismo que hoje constitui a base da cultura do patriarcado.

Ao falecer, Marija Gimbutas já era considerada uma das mais influentes – e também controvertida – arqueólogas do século 20. Criou dentro da arqueologia uma escola importante, a mito-arquelogia. Convém que esses fatos sejam conhecidos, pois não há dúvida de que sem sua influência dificilmente os conceitos e práticas expostos em *Amar e Brincar* teriam o significado e a relevância que inegavelmente têm. (Humberto Mariotti)

(Humberto Maturana e Gerda Verden-Zöller. *Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo, Editora Palas Athena, 263 páginas).

ISSN 1413-893X

ALIANÇA PELA INFÂNCIA

A infância é o tempo no qual se aprende sobre todas as coisas essenciais da vida.
Sobre o mundo dos céus e da terra,
Sobre o que é bom, belo e verdadeiro.
A infância é o tempo para amar e ser amado,
Experimentar o medo e aprender a confiar,
Ser verdadeiro e sossegado,
Mas igualmente festejar com alegrias e risos.
As crianças têm o direito de sonhar e crescer em seu próprio tempo.
Elas têm direito de errar,
E o direito de serem desculpadas.
As crianças têm o direito de serem protegidas da violência e da fome,
De terem um lar e serem abrigadas.
É preciso sustentá-las, para que possam crescer com saúde,
Aprender bons hábitos, e receber alimentação equilibrada.
As crianças precisam de pessoas que elas possam respeitar,
Adultos cujos exemplos e amorosa autoridade elas possam seguir.
Elas precisam de vários tipos de experiências
– carinho e amabilidade,
Arrojo e coragem, e até travessura e mau comportamento.
Elas precisam de uma viva ligação com a Terra –
Com os animais e com a natureza,
Com famílias e com uma sociedade na qual elas possam
se desenvolver como individuos.
Elas precisam de momentos de devoção, e espaço para sua curiosidade.
Limites que as protejam e liberdade para a sua criatividade,
E tempo para observar, para brincar e para trabalhar.
Elas precisam conhecer os fundamentos da vida,
E ter o espaço para descobrir seus próprios principios.
O espirito da infância pede proteção e cuidados.
Ele é uma parte essencial
Da existência de cada pessoa.

Aliança pela Infância
Parceiros trabalhando juntos por uma infância sadia.